

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural



Dissertação

**OS PORTOS QUE HABITAM O LUGAR:
PERCEPÇÃO E REVITALIZAÇÃO DO “PORTO VELHO” DO RIO GRANDE**

MÁRCIO DIAS DA SILVEIRA

Pelotas, 2014.

Márcio Dias da Silveira

**Os portos que habitam o lugar:
Percepção e Revitalização do “Porto Velho” do Rio Grande**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural da Universidade Federal de Pelotas, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Memória Social e Patrimônio Cultural.

Orientadora: Juliane Conceição Primon Serres

Pelotas, 2014.

Universidade Federal de Pelotas / Sistema de Bibliotecas
Catalogação na Publicação

S587p Silveira, Márcio Dias da

Os portos que habitam o lugar : percepção e revitalização do "Porto Velho" do Rio Grande / Márcio Dias da Silveira ; Juliane Conceição Primon Serres, orientadora. — Pelotas, 2014.

88 f. : il.

Dissertação (Mestrado) — Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, 2014.

1. Revitalização. 2. Porto velho. 3. Percepção ambiental. I. Serres, Juliane Conceição Primon, orient. II. Título.

CDD : 304.2

Elaborada por Kênia Moreira Bernini CRB: 10/920

Márcio Dias da Silveira

**Os portos que habitam o lugar:
Percepção e Revitalização do “Porto Velho” do Rio Grande**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural - PPGMP da Universidade Federal de Pelotas, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Memória Social e Patrimônio Cultural.

Data de Defesa: 29 de setembro de 2014.

Banca examinadora:

.....
Profª Dra. Juliane Conceição Primon Serres (orientadora) – UFPel

.....
Profª Dra. Carmem Gessilda Burgert Schiavon – FURG

.....
Prof Dr Sidney Gonçalves Vieira - UFPel

Agradecimentos

A meus pais e irmão, Côncio, Cyro e Paulo que sempre acreditaram em mim e me incentivaram em todos os momentos da minha vida acadêmica dando o apoio necessário para continuar.

A Barbara (Babi), que inquestionavelmente esteve ao meu lado durante os melhores e os mais difíceis momentos da elaboração deste trabalho, tendo paciência e carinho na medida certa.

A todos os professores que, de uma forma ou de outra, se manifestam nas linhas deste trabalho e nas linhas da minha vida.

Especialmente a professora Juliane pela inegável confiança e amizade que desenvolvemos ao longo desta caminhada,

A professora Carmem que me apresentou os caminhos do patrimônio e me incentivou a estar onde estou.

Ao professor Sidney que direcionou meu olhar para um “mundo” que, até então, ignorava.

Ao engenheiro Newton Quintas (SUPRG), pela sua solícita e fundamental contribuição, sem a qual este trabalho não teria saído do plano imaginário.

Ao IPHAE, pelo profissional e instrutivo encontro.

A CAPES, pela Bolsa de Estudos que propiciou minha dedicação a pesquisa.

Muito obrigado a todos,

esta caminhada não seria nada sem vocês.

RESUMO

SILVEIRA, Márcio Dias. **Os Portos que habitam o lugar: Percepção e Revitalização do "Porto Velho" do Rio Grande**. 2014. Dissertação (Mestrado em Memória Social e Patrimônio Cultural) – Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, RS.

A Cidade do Rio Grande percorre sua história margeada pelas águas. Tida inicialmente como marco na manutenção territorial durante as disputas entre portugueses e espanhóis, teve ainda em seu traçado urbano inicial a Lagoa dos Patos como elemento norteador. Sua inegável associação às águas conferiu-lhe uma especialização e uma dependência que influenciaria os saberes e fazeres de seu cidadão. Perante a importância simbólica que a área do Porto Velho da Cidade do Rio Grande mantém na construção de uma identidade riograndina e o atual distanciamento e subutilização que ela mantém junto à população, viu-se, a luz de outros projetos, a necessidade de uma “revitalização”. Diante da ineficácia de alguns projetos de mesma natureza, a presente pesquisa objetiva identificar, se a execução deste representaria efetivamente os anseios da comunidade riograndina. Como meio de verificar nossa hipótese, dividimos o trabalho em dois grupos. No primeiro, a partir da identificação e interpretação dos elementos norteadores das bases do concurso, buscamos apontar os objetivos de sua produção e de sua execução; e no segundo grupo, por meio de um questionário, procuramos identificar, dentro da esfera da percepção ambiental, as preferências e expectativas da comunidade. Após a análise dos resultados evidenciamos uma sólida consciência do riograndino frente a questões patrimoniais da cidade, bem como, a representatividade destes nas linhas do projeto. Além disso, percebeu-se que, a volta de um espaço ao convívio social depende não apenas da esfera econômica como também da difusão da esfera simbólica, onde seus frequentadores tenham a oportunidade de escolher se o espaço se tornará lugar.

Palavras-chave: Revitalização, Porto Velho, Percepção Ambiental.

ABSTRACT

SILVEIRA, Márcio Dias. **Os Portos que habitam o lugar: Percepção e Revitalização do "Porto Velho" do Rio Grande.** 2014. Dissertação (Mestrado em Memória Social e Patrimônio Cultural) – Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, RS.

The story of the city of Rio Grande is surrounded by its connection with the water. At first, it played a role in territorial maintenance during disputes between the Portuguese and The Spanish. The Patos Lagoon constitutes an initial guiding element for Rio Grande's urban layout. Its undeniable association with the water conferred Rio Grande a specialization and dependence that would influence citizens' knowledge and practices. Given the symbolic importance of the area of the Porto Velho (Old Port) of Rio Grande in the construction of the identity and the population's perception of its current detachment and underutilization, the need for its 'revitalization' has been perceived also in face of other projects. This study aims at identifying if the implementation of a revitalization project of Porto Velho would comply with the expectations of the Rio Grande community. To verify this hypothesis, we divided the work in two groups. In the first group, starting with the identification and the interpretation of the guiding elements of the contest basis, we sought point out the objectives of the project's production and execution. In the second, through a questionnaire, we sought to identify the community's preferences and expectations within the scope of environmental perception. After the analysis of the results, solid awareness has been evidenced of patrimonial issues regarding the city by the people from Rio Grande as well as their representativeness in the project design. Furthermore, it was noticed that a space of social conviviality depends not only on the economic sphere but also on the diffusion of the symbolic sphere. Local people needs to have the opportunity to choose if a space will become a place.

Keywords: Revitalization; Porto Velho and Environmental perception.

Lista de Figuras

Figura 1 - Interação Ambiental	24
Figura 2 Pontos de Coleta	40
Figura 3. Alfandega	47
Figura 4. Prefeitura Municipal do Rio Grande.....	47
Figura 5. Biblioteca Rio-grandense	48
Figura 6. Mercado Público	48
Figura 7. Casa dos Azulejos.....	49
Figura 8. Catedral de São Pedro	49
Figura 9. Prédios citados.....	50
Figura 10. Porto Velho e entorno	63
Figura 11. Terminal Hidroviário Rio Grande.....	65
Figura 12. Armazém do Porto Velho do Rio Grande	68
Figura 13. Rua Barroso e Rua Riachuelo.....	69
Figura 14. Sobrado da Rua Riachuelo	70
Figura 15. Mercado Público	71
Figura 16. Rincão da Cebola	72

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
CAPÍTULO I – PERCEPÇÃO E APROPRIAÇÃO DA CIDADE	16
1.1 - A CIDADE PATRIMÔNIO	16
1.2 PERCEPÇÃO E APROPRIAÇÃO DO ESPAÇO.....	20
CAPÍTULO 2 – A CIDADE, O PORTO E A RUA.	26
2.1 A CIDADE DO RIO GRANDE	26
2.2 O PORTO E A RUA.....	30
CAPÍTULO 3 – A PERCEPÇÃO E A REVITALIZAÇÃO DO PORTO	35
3.1 PERCEPÇÕES DA ÁREA (FONTES DIRETAS).....	37
3.2 PROJETO DE REVITALIZAÇÃO URBANA (FONTES INDIRETAS).....	58
CONSIDERAÇÕES FINAIS	73
REFERENCIAS	75
ANEXOS	78
APÊNDICES	84

Introdução

Porto Alegre, 21 de junho de 1993, materializam-se os primeiros esforços procurando reverter o distanciamento que o Porto Velho da Cidade do Rio Grande adquiriu da cidade e seus cidadãos, foram fundadas as bases de um Concurso Público no Programa de Revitalização das Áreas Portuárias – REVAP – do Ministério dos Transportes.

Este e outros projetos municipais que tomam corpo a partir da década de 1990 levam-nos a duas hipóteses frente às questões patrimoniais de Rio Grande, o município passa a vivenciar um amadurecimento diante das questões relacionadas à preservação da memória local, ou enquadra-se no “modismo” salvaguardista no qual a memória adquire um aspecto mercadológico e é deixada à margem de uma visão puramente capitalista, congelando aspectos do que acreditamos ser a “essência” representante destes espaços.

Cidades batizadas com a alcunha “históricas” têm seus centros, quase que unanimemente, alvos de políticas de patrimonialização e de revitalização¹, principalmente quando atestada uma perda da referência material e simbólica de sua origem, seu uso inicial, fruto do crescimento urbano, das migrações e atribuições de novos usos e novas funções. A cidade observada não foge à regra, possuidora de uma intrínseca relação com o mar, Rio Grande viu-se, ainda muito nova, dependente do porto, que lhe valeu períodos de glória antes de uma longa depressão econômica que naturalmente influenciaram na distribuição espacial e na sua interpretação por parte da população.

Fundada em 19 de fevereiro de 1737, agregava a função de primeiro marco lusitano em terras rio-grandense, sendo representada pelo forte Jesus-Maria-José “construído numa restinga no sistema laguna-estuarino da Lagoa dos Patos”

¹ Conforme a Carta de Lisboa (1995), a revitalização prevê “operações destinadas a realçar a vida econômica e social de uma parte da cidade em decadência (...) sem ou com características marcadas.”, portanto, acreditamos que a terminologia mais adequada seria reabilitação urbana, a qual adiciona uma atenção também à função da área, priorizando a manutenção da identidade e de suas características. Porém, nós optamos por seguir com revitalização por se tratar da terminologia adotada pelo projeto que nos serviu de fonte.

(MARTINS, 2006, p.63) e de onde partiram os primeiros traçados urbanos que fundamentariam, junto com a matriz de São Pedro – no ano de 1755 -, o município. Entre estes dois marcos nasceria o primeiro ancoradouro que mais tarde daria origem ao único porto marítimo do Rio Grande do Sul, motivo principal do desenvolvimento e da especialização nas águas, que a cidade do Rio Grande sofreria.

A escolha deste *lugar*, o atual Porto Velho e seu entorno, como objeto não é em vão, acreditamos que fundamentalmente se trata do marco zero, o epicentro da origem econômica da cidade e conseqüentemente refere-se a uma região com um forte apelo emocional e identificador do cidadão que ali habita. Porém, atualmente, o que se constata é uma área periférica e pouco frequentada, característica esta, que se assemelha a realidade de outros centros igualmente agraciados por projetos de revitalização urbana.

Como forma de reverter este quadro, estes projetos investem seus esforços em planejamentos econômicos com o intuito de uma autossustentabilidade da área, explorando sistematicamente não apenas o potencial simbólico como principalmente o estético. Neste segundo deparamo-nos com a tangibilidade do projeto, ou seja, patrimônio arquitetônico e urbano, referenciais materiais para o primeiro, a memória e identidade da cidade. Os projetos acabam por desenvolver uma característica multidisciplinar, abarcando profissionais de inúmeras áreas – arquitetos, urbanistas, geógrafos, historiadores, engenheiros – possibilitando diferentes interpretações sobre o mesmo objeto e assim diminuindo o risco de um centro histórico congelado, conforme adjetivado a seguir.

Es imprescindible tener una visión económica del centro histórico que genere las condiciones de posicionamiento, competitividad y conectividad através de la incorporación de las tecnologías de punta y de la reconversión productiva (artesanía, servicios, industria), en un contexto de modernización que añada más valor y tiempo al pasado; es decir, un proceso que sume valor histórico a la centralidad. Si se quiere que un centro histórico sea lo que originalmente fue, lo que se conseguirá es congelarlo en el tiempo, pero si se sigue el camino de su historia –que son los espacios de mayor mutación dentro de la ciudad- se deberán plantear políticas de transformación, desarrollo y sustentabilidad, y no políticas de conservación y preservación. (CARRION, 2005, p. 94)

Seguimos a pesquisa observando a problemática através do mesmo ângulo que Fernando Carrion propõe, ou seja, onde se desenvolva projetos que estimulem

uma autossustentabilidade da área, onde os meios eleitos para sua exploração econômica assumam a responsabilidade de mantê-la, priorizando a expectativa daqueles que a utiliza cotidianamente.

Embora os projetos sejam calçados numa multidisciplinariedade, acreditamos num primeiro momento que ainda estão longe de compreender o olhar do cidadão, como ele interpreta a mudança e a permanência, como ele se apropria e reapropria do espaço revitalizado. Partindo do entendimento da importância desta leitura procuramos evidenciar a fronteira entre as representações acerca do Porto Velho difundidas entre os locais – moradores e frequentadores - e as ações implementadas pelo projeto, traçando um paralelo entre o discurso dos cidadãos e o discurso do poder público.

Esta possível diferença entre os discursos, nos remete a amplitude da esfera do simbólico, a interminável tentativa de categorizar as possíveis interpretações do espaço, transitando entre as definições de lugar e não-lugar, que acabam gerando consensos, conflitos e acordos na procura de uma legitimação. Toda revitalização estende-se próxima a uma reconstrução, não apenas material - oriunda das restaurações - mas também simbólica.

O espaço, interpretando seu papel de “lugar de memória”, não passa de um tênue espectro do que fora, nenhum olhar será capaz de arrecadar todos os elementos originais – e nem deveria -, sendo assim, revitalização também é exclusão, o que entendemos como paisagem urbana de um centro histórico, nada mais é que a soma entre a alegoria de um período, que se almeja a constante rememoração, e o preenchimento de novas funções, como por exemplo, armazéns que viram museus e casas comerciais que se tornam garagens. Portanto, implicitamente ocorre uma disputa de poder ao elencar quais elementos serão mantidos e sustentados; mantendo a margem, por exemplo, espaços representantes dos prostíbulos e do operariado.

Cabe aqui deixar clara a verdadeira importância dos esforços em direção à preservação e salvaguarda da memória, porém, tendo consciência que a necessidade constante de sua evocação através da materialidade, denota uma tendência natural ao esquecimento (RICOEUR, 2007) um não pertencimento destes valores ao tempo presente. Com a construção do Porto Novo, na Avenida Honório

Bicalho na década de 1920, o porto velho adquire um caráter monumental, conforme Jacques Le Goff (2003, p.526), de “ligar-se ao poder de perpetuação, voluntária ou involuntária, das sociedades históricas e o reenviar a testemunhos que só uma parcela mínima é testemunhos escritos”, perpetuação esta que funciona como uma âncora a elementos formadores da identidade da cidade.

Ao tentarmos responder a problemática principal proposta por este trabalho, ou seja, **se efetivamente existe uma consonância entre a percepção do poder público e a expectativa da população**, lançamos mãos de fontes primárias como forma de alicerçar teoricamente nossas conclusões. Para isto as dividimos em dois grupos: 1) Material referente ao Concurso Público de Arquitetura para o PORTO VELHO do Porto do Rio Grande² 2) Entrevistas.

O primeiro grupo divide-se em:

- Edital e regulamento do concurso;
- Regimento do Debate Técnico em Audiência Pública;
- Minuta de Contrato;
- Investigação histórica;
- Levantamento Fotográfico;
- Plantas.

Ao realizarmos a interpretação deste conjunto documental, acreditamos ser possível perceber os motivos, na perspectiva do projeto, que torna o Porto Velho da Cidade do Rio Grande digno de uma intervenção, bem como os objetivos e as justificativas de aplicação.

Tendo em vista que a pesquisa assume a perspectiva proposta pela revitalização, onde o Porto Velho possui uma “significativa presença na história do desenvolvimento agroindustrial do Rio Grande do Sul” (edital, p.6), admite-se um grau de importância não apenas para a cidade, como também para o estado. Seu levantamento histórico remete-nos a uma trajetória oscilante partindo de um amplo convívio social e uso comercial a uma especialização de serviços vinculados ao porto e por fim uma área com pouco uso e pouca frequência.

² Cabe de início deixar claro que, embora inexitosas tentativas, não tivemos acesso ao projeto de revitalização, portanto, tomamos como fonte para a produção deste trabalho as Bases do Concurso que o deu origem.

O segundo grupo se configura a partir de dados coletados através de questionários (constantes em anexo II) aplicados junto à população com o objetivo de identificar através da perspectiva do respondente a percepção ambiental do recorte espacial aqui trabalhado.

Paralelamente, outras fontes utilizadas adquirem um caráter secundário, porém de grande utilidade na pesquisa, entre elas, relatos, mapas e fotografias. Acreditamos na contribuição destas formas documentais para o entendimento das possíveis percepções ambientais que se gerou no decorrer da existência desta área. Para a última, acreditamos revelar aspectos que possam passar despercebidos. O caráter subjetivo torna-a objeto importante na análise das possíveis visões individuais da cidade (OLIVEIRA, 2003).

Charles Monteiro, a respeito da fotografia como fonte histórica:

É uma imagem técnica de natureza híbrida, em parte produzida por processos físico-químicos e em parte produzida pela mão do homem com auxílio de um aparelho ótico. Em sua produção entram as concepções técnicas, políticas, sociais, culturais e estéticas do fotógrafo e da sociedade à qual ele pertence. A fotografia é uma imagem ambígua e polissêmica, passível de múltiplas interpretações de acordo com o meio que a veicula, seu intérprete, os contextos e os tempos de sua produção e recepção. (MONTEIRO, 2007, p. 160)

Nesta perspectiva a fotografia possibilita a compreensão da imagem de um determinado espaço percebida por seus usuários, possibilitando a análise do local de intervenção. Anterior ao processo de projetar, o profissional precisa construir o imaginário da cidade para formular sua proposta (LYNCH, 1960).

Objetivando contemplar uma organização dos apontamentos e conclusões aqui discutidas, o seguinte texto foi estruturado em três partes:

Na primeira - **Percepção e Apropriação da Cidade** - é apresentado inicialmente, uma discussão conceitual e “evolutiva” do que definimos como patrimônio cultural. Como e porque a cidade tornou-se objeto de políticas patrimoniais, transitando na esfera do “centro histórico como objeto de desejo³”, e por fim, partindo da correlação entre a materialidade da cidade e da imaterialidade

³ Expressão cunhada por Fernando Carrión, discutida adiante.

de sua apropriação, expomos como se dá a identificação da população com o lugar, partindo da perspectiva da percepção ambiental.

Na segunda - **A Cidade, o Porto e a Rua** - é apresentado o objeto da pesquisa. Este capítulo é responsável pela contextualização histórica, onde ocorre a apresentação do objeto ao leitor, portanto, iniciamos esta exposição partindo da Cidade do Rio Grande (macro) em direção a área em estudo, O Porto Velho e seu entorno (micro). Elaboramos uma revisão bibliográfica em torno da formação da cidade seus atores e suas estruturas urbanas, a construção dos espaços de permanência correlacionados a uma perspectiva de cidade portuária-industrial. Após o primeiro momento, nos dedicamos especificamente ao porto e seu entorno, área compreendida entre a Rua Almirante Barroso (a leste) até a proximidade da Rua General Canabarro (a oeste), estendendo-se no linear do cais. Conforme o Engenheiro Newton Quintas⁴, a aplicação do projeto reage com o entorno interferindo de forma benéfica nos demais patrimônios. Portanto, tomamos para análise um recorte que excede a ação direta do projeto, nos baseamos nos aspectos legais que regem o edital do concurso, conforme as considerações do Coordenador Regional do IPHAN/12ªCR Luiz Antônio Volcato Custódio. Denominamos a área, para fim da pesquisa como “Porto Velho”, conforme o mapa do projeto (Anexo IV).

Na terceira e última parte – **A Percepção e a Revitalização do Porto** - serão aplicados métodos referente ao estudo de percepção ambiental com o objetivo de identificar elementos que serão comparados com o projeto de revitalização.

Primeiramente, a partir do emprego de uma pesquisa de campo (análise de fontes de dados diretos) procuramos nos aproximar da “visão” que os cidadãos riograndinos e os turistas mantem da área. No segundo momento, será analisada a documentação referente ao projeto buscando uma possível visualidade que se queira resgatar. Neste momento daremos ênfase ao levantamento fotográfico elaborado para nortear o concurso, pois acreditamos que as imagens contribuam para elencar as prioridades de intervenção e consequentemente identificarmos a ambiência que o projeto busca.

⁴ Newton Quintas: Engenheiro integrante da Comissão Deliberativa do referido concurso, representante da Assessoria Técnica/SUPRG.

Capítulo I – Percepção e Apropriação da Cidade

Os três temas iniciais abraçados pelo título desta dissertação – lugar, percepção e revitalização -, protagonizariam como objetos centrais, trabalhos distintos e independentes, porém, dentro da perspectiva de desenvolvimento deste, cabe a nós nas próximas linhas, definir os limites da conceituação e fundamentação teórica, que utilizaremos como forma de contemplar a problemática a que nos propusemos. Conforme destacamos na introdução, o estudo da percepção torna-se cada vez mais importante para a gestão pública de áreas urbanas, no sentido de compreender as imagens mentais dos diferentes grupos sociais envolvidos em sua utilização, contribuindo para que lidemos conscientemente com as atitudes, expectativas e condutas resultantes.

Portanto serão expostos conceitos referentes a autores que verteram seus estudos em três esferas predefinidas: *Patrimônio Cultural*, onde esboçaremos além de uma noção da conceituação formal do termo, um breve histórico da sua origem e desenvolvimento no Brasil; *A Cidade como Patrimônio*, onde, baseados na previa discussão entorno da definição de patrimônio cultural objetivamos expor a visão dos objetos, cidade e centro histórico, dentro desta esfera, e *Percepção e Apropriação*, que observando a necessidade de uma apropriação, ou seja, atribuição de valor simbólico a algo material ou imaterial, para que este se torne patrimônio cultural, discorreremos conceitualmente sobre a interpretação psicológica do espaço na forma de percepção ambiental.

1.1 - A Cidade Patrimônio

A historiadora Françoise Choay inaugura sua obra *A Alegoria do Patrimônio* definindo a palavra patrimônio como “ligada as estruturas familiares, econômicas e jurídicas de uma sociedade estável, enraizada no espaço e no tempo. Requalificada por diversos adjetivos que fizeram dela um conceito nômade, ela segue hoje uma trajetória diferente e retumbante” (CHOAY, 2001, p.11).

Conforme a autora a definição de patrimônio descreve um caminho evolutivo, no sentido de agregar novos conceitos, características e aplicabilidades,

porém, nos transparece no início do seu discurso, a hereditariedade do objeto que é caracterizado como patrimônio, conforme corrobora Gonçalves (1996, p.84), “Etimologicamente, ‘patrimônio’ vem do latim *patrimonium* e está associado à ideia de uma propriedade herdada do pai ou de outro ancestral”.

Hoje, segundo a Constituição Federal de 1988, temos definido como sendo “bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira” (BRASIL, 1988, p.58), que por sua vez se baseou na Convenção sobre a Proteção do Patrimônio Cultural e Natural de 1972 onde elenca o patrimônio cultural como sendo:

monumentos: obras arquitetônicas, esculturas ou pinturas monumentais, objetos ou estruturas arqueológicas, inscrições, grutas e conjuntos de valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência; - os conjuntos: grupos de construções isoladas ou reunidas, que, por sua arquitetura, unidade ou integração à paisagem, têm valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência; e - os sítios: obras do homem ou obras conjugadas do homem e da natureza, bem como áreas, que incluem os sítios arqueológicos, de valor universal excepcional do ponto de vista histórico, estético, etnológico ou antropológico. (UNESCO, 1972)

Cabe ainda ressaltar duas observações frente a esta abrangência: num primeiro momento a responsabilidade que assumimos com o bem, não apenas de reconhecê-lo como patrimônio, como principalmente mantê-lo em condições para que gerações futuras também sejam suas testemunhas; e, num segundo momento, a suscetível análise valorativa implícita em todos os processos de escolha.

Com isso descortinou-se uma problemática que a muito se anunciava, a “inflação patrimonial” (CHOAY, 2001, p.15), onde evidenciamos um alargamento das adjetivações a ele atribuídas⁵, caracterizadora de uma dupla funcionalidade ao patrimônio, “obras que propiciam saber e prazer, postas à disposição de todos; mas também produtos culturais fabricados, empacotados e distribuídos para serem consumidos” (CHOAY, 2001, p.211). Embora saibamos que a seleção do objeto deva assumir a verificação de algumas premissas, dentre elas a importância para a comunidade a qual ele pertença, os termos memória e identidade consagra uma

⁵ Patrimônio arqueológico, científico, museológico, geológico, genético, etc.

vocação natural aos bens culturais para tanto, gerando uma dicotomia entre o memorável e o esquecível.

Podemos, portanto, deduzir que o patrimônio compreende um conjunto de valores transmissíveis entre as gerações; que deve nutrir, na sociedade, um sentimento de coesão entorno dele; e “(...) que permitem articular o legado do passado à espera, ou a configuração de um futuro, a fim de promover determinadas mutações e, ao mesmo tempo, de afirmar uma continuidade” (POULOT, 2009, p. 203). Patrimônio, portanto, não é passado, é deste modo uma seleção baseada em valores, com o intuito de afirmar ou até mesmo produzir uma representação de herança cultural.

Neste sentido, entendemos a cidade como um conjunto de patrimônios, e também, um patrimônio em seu conjunto, uma vez que se apresenta como o recorte e a unidade das permanências, rupturas e esquecimentos eleitos por aqueles que a habita, e, por sua vez, são repassados a gerações seguintes.

Esta proximidade entre as definições de patrimônio e cidade, associada ao novo olhar que se deposita frente a estas questões resultou em um alargamento conceitual e um novo tratamento por pesquisadores e gestores urbanos. As políticas patrimoniais, como a revitalização de áreas portuárias, passam a ser geridas pelos municípios, rompendo com a centralização de modelos administrativos do início dos 1930, buscando uma maior proximidade entre os usuários e suas reivindicações, os cidadãos o patrimônio. Outro exemplo ainda na esfera material, os Planos Diretores, responsáveis pela organização urbanística são tomados por normas que pretendem preservar, conservar e manter os bens patrimoniais.

Esta abertura no campo de estudo do patrimônio teve como marco inicial as cartas de recomendação resultantes dos encontros de arquitetos. A partir delas a preservação do patrimônio é incorporada ao planejamento urbano. Dentre elas cabe ressaltar a Carta de Veneza de 1964 que rompe com o *monumentalismo* e inaugura a noção de *conjunto* de patrimônio. A partir dela o patrimônio adquire utilidade do ponto de vista funcional, ou seja, prédios, antes congelados ou musealizados em suas funções originais, começam a adquirir novos usos e consequentemente se abrem a frequentação, conforme cita o artigo 5º,

Art.5 - A conservação dos monumentos é sempre facilitada pela sua utilização para fins sociais úteis. Esta utilização, embora desejável, não deve alterar a disposição ou a decoração dos edifícios. É apenas dentro destes limites que as modificações que seja necessário efetuar poderão ser admitidas. (CARTA DE VENEZA, 1964).

Nesta carta estabelece-se a associação entre o patrimônio e as dimensões temporal e espacial, sendo ele inseparável de sua história e da área onde se encontra, remetendo-nos a definição de entorno, amplamente utilizado em projetos de revitalização. Outra característica diz respeito à mercantilização do patrimônio, bem como a abertura dos bens patrimoniais ao capital privado que passa a explorá-lo e sustenta-lo.

De posse das definições de entorno e da ideia de *conjunto* de patrimônios, fica clara a importância da identificação do indivíduo ou comunidade com o espaço. O espaço por sua vez é presente, e sua natureza é formada “de um lado, pelo resultado material acumulado das ações humanas através do tempo, e, de outro lado, animado pelas ações atuais que hoje lhe atribuem um dinamismo e uma funcionalidade” (SANTOS, 2006, p.85).

O espaço, portanto, segundo Milton Santos, é o resultado do somatório das ações humanas e as atribuições a ele empregadas.

O homem, que anima as formas espaciais, atribuindo-lhes um conteúdo, uma vida. Só a vida é passível desse processo infinito que vai do passado ao futuro, só ela tem o poder de tudo transformar amplamente (SANTOS, 2006, p. 88).

Portanto, a cidade, na esfera do patrimônio, está diretamente relacionada à interação com seus frequentadores. Nesse sentido a Carta de Washington de 1986, sob o tema de Carta Internacional para a Salvaguarda das Cidades Históricas, corrobora salientando a necessidade da participação popular para o sucesso de uma preservação. Esta carta apresenta-se de forma complementar a de Veneza de 1964, buscando combater a degradação, principalmente, de centros históricos e favorecer a harmonia entre o meio ambiente e o indivíduo sem que esta descaracterize sua historicidade.

1.2 Percepção e Apropriação do Espaço

Conforme vimos no capítulo anterior, a concepção de patrimônio está diretamente associada a ideia de *tornar seu*, simbólica ou materialmente, ou seja, de apropriação. Cada passo que damos em busca das expectativas e das preferências dos usuários deste espaço, passa antes pela identificação – ou não – destes com o ambiente, ou seja, se compreendem o espaço delimitado como um lugar.

Na experiência, o significado de espaço frequentemente se funde com o de lugar. “Espaço” é mais abstrato que “lugar”. O que começa como espaço indiferenciado transforma-se em lugar à medida que o conhecemos melhor e o dotamos de valor. (...) Na extensa literatura sobre qualidade ambiental, relativamente poucas obras tentam compreender o que as pessoas sentem sobre espaço e lugar, considerar as diferentes maneiras de experiência (sensório-motora, tátil, visual, conceitual) e interpretar espaço e lugar como imagens de sentimentos complexos – muitas vezes ambivalentes. (TUAN, 1983, p.6 e 7).

Segundo Yi-Fu Tuan, a definição de lugar reside justamente na sutil atribuição de valor ao espaço, processo este que para compreender devemos considerar a experiência sensorial entre cada indivíduo e o lugar, ou seja, podemos considerar um lugar para cada indivíduo, na medida em que a forma de entender o espaço, os sentimentos atribuídos a ele e seu filtro cultural, torna cada percepção única.

Os lugares normalmente não são dotados de limites reconhecíveis no mundo concreto. Isto ocorre porque sendo uma construção subjetiva e ao mesmo tempo tão incorporada as práticas do cotidiano que as próprias pessoas envolvidas com o lugar não o percebem como tal. (LEITE, 1998, p.12).

Como sua construção é individual, torna-se única, independente de marcos visível ou fronteiras concretas, ou seja, essencialmente subjetiva. Este caráter o torna móvel, adquirindo formas diferentes que são constantemente atribuídas pela interação do frequentador com ele.

Ana Fani Carlos resume a conceituação de lugar de forma clara ao correlacionar os três elementos até então trabalhados,

O lugar é a base da reprodução da vida e pode ser analisado pela *tríade habitante - identidade - lugar*. A cidade, por exemplo, produz-se e revela-se no plano da vida e do indivíduo. Este plano é aquele do local. As relações

que os indivíduos mantêm com os espaços habitados se exprimem todos os dias nos modos do uso, nas condições mais banais, no secundário, no accidental. É o espaço passível de ser sentido, pensado, apropriado e vivido através do corpo. (CARLOS, 2007, p.17)

Neste breve parágrafo Carlos relaciona o indivíduo, sua identidade e o lugar habitado, atribuindo a construção de um lugar, não apenas a irremediável presença do indivíduo, como também a atribuição que dele é feita e os usos que dele partem, corroborando com os demais autores, associando a relação de troca entre indivíduo-lugar e lugar-indivíduo através do corpo, “pois é através dele que o homem habita e se apropria do espaço (através dos modos de uso)” (CARLOS, 2007, p.18). Portanto, espaços que não podem ser vivenciados, ou são de forma fragmentada, não formam um lugar, pelo menos não em sua totalidade.

Para Carlos a abordagem da conceituação e o estudo do lugar se expressa de forma urgente “diante do esmagador processo de globalização” (CARLOS, 2007, p.17), a ideia contemplada acima onde associamos o lugar ao indivíduo esmaece-se diante da nossa tendência ao homogêneo. Neste sentido, poderíamos atribuir à ação da globalização não apenas ao conceito de lugar, mas também ao de patrimônio, quando atribuímos projetos que selecionam e elencam elementos de forma a representar o “todo”.

Esta aparente homogeneidade parte da necessidade de categorizarmos e entendermos o mundo a nossa volta, buscando elementos representantes de partes, que agrupados formam “um” todo. Esta forma de interpretarmos o mundo está diretamente associada a como sentimos e nos comunicamos com ele. Buscando entender esta relação corpo-espaco e espaco-corpo, somos remetidos à esfera sensorial, pois é a partir desta troca que geramos nossas expectativas e criamos nossas imagens ambientais que serão compartilhadas com outros, conforme Lynch (1981, p.99), “o desenho urbano lida, portanto com a organização físico-ambiental em nível das expectativas coletivas e de imagem ou imagens, ideias compartilhadas pela população”.

Devemos, antes de tudo, definir em curtas linhas o termo meio ambiente, usado amplamente por diversas ciências com propósitos diferentes, para nós adquire um sentido bastante amplo e genérico, como tudo aquilo que nos rodeia no

globo terrestre, seja natural, construído, social ou cultural (GIBSON, 1974). Porém, qualquer definição que possamos adotar deve necessariamente fazer alusão ao comportamento humano. Sob o propósito de aplicá-la a dimensão de revitalização urbana, podemos ainda dizer ainda que o meio ambiente construído é a adaptação que o ser humano promove ao ambiente terrestre e cultural (LANG, 1987, p. 81).

Como podemos perceber, nestas definições prevemos uma interação, ela é pressuposto básico na formação de qualquer sistema como o ambiental, ou seja, as relações sociais influenciam o meio da mesma forma que são influenciadas por ele, “o ser humano transforma e é transformado pelo meio ambiente, objetiva ou fenomenologicamente, consciente ou inconscientemente” (DEL RIO, 1991, p. 101). Podemos dizer ainda que desta interação se formam interferências na conduta e nas respostas emocionais resultando numa diferenciação entre o mundo “objetivo” que cerca o indivíduo e o mundo “fenomenológico” que é percebido por ele (TUAN, 1980). Portanto, diante da subjetividade e possibilidades interpretativas, podemos afirmar que “existe” um meio ambiente para cada indivíduo, pois cada um o percebe de uma forma, e a partir desta, se relaciona com ele, conforme elucida Del RIO:

a conduta, portanto, só pode ser compreendida a partir de contexto específico e um sistema sócio-cultural e psicológico, também específico ao indivíduo. A combinação entre sensações (estímulos externos) e razão e sentimentos (estímulos internos) produz um organismo ativo o conhecimento, o saber, e gera as condutas e comportamentos. (DEL RIO, 1991, p. 105)

Este conhecimento, o saber, só é possível a partir da motivação, “o aprendizado é movido pela motivação e, conseqüentemente, dela depende o conhecimento” (DEL RIO, 1991, p. 106). A motivação tem um papel fundamental no que se refere a troca de informação entre indivíduo-ambiente ambiente-indivíduo, pois ela é o primeiro elemento desta troca, o ambiente deve motivar, ou seja, estimular, positiva ou negativamente o indivíduo a percebê-lo. Por fim, Del RIO arremata o processo de conhecimento ambiental correlacionando os níveis e as dimensões que este se processa.

[...] fica evidenciado que o processo de conhecimento ambiental é conformado através da interação de dois níveis e de duas dimensões. Os dois níveis que tratamos são os relativos a forma de conhecimento, se direto, resultante de insumos ambientais com a presença do observado, ou

indireto, resultante de processo de socialização, como aprendizado, em que não é necessária a presença do objeto para a formação de conhecimento. As duas dimensões são a objetiva, em que depende-se a natureza do observado (...) e a subjetiva, em que são adicionados fatores como emoção, sentimentos ou “tonalidades afetivas” (DEL RIO, 1991, p. 109)

Fica claro que, todo conhecimento, e por consequência toda conduta, é resultante da forma como nos apropriamos do ambiente. Portanto, podemos afirmar que a informação que recebemos e a que geramos a partir dos estímulos, influenciará em como nos comportaremos diante deste lugar ou deste espaço.

Uma vez delimitadas as margens conceituais de meio ambiente e exposta a importância de elementos externos e internos na construção imaginária do indivíduo, devemos aprofundar como ocorre esta troca de informações. Diante disso, nos dedicaremos nas seguintes linhas à percepção, uma das terminologias que norteiam este trabalho.

É por meio da percepção, que nossa mente se conscientiza e processa toda a informação adquirida, seja através de meios diretos, os sentidos, seja através de meios indiretos, o imaginário, a socialização e o aprendizado. (DEL RIO, 1991, p. 119)

Após esta breve definição, e principalmente, baseando-nos na obra de Vicent Del Rio, chegamos a um quadro conceitual de cinco componentes que explicitarão o mecanismo de interação mental com o ambiente, processo este que utilizaremos no estudo a seguir. Estes componentes, ou como o autor denomina processos psicológicos básicos, descrevem um sistema integrado (conforme a figura 1), onde cada elemento interfere no funcionamento do seguinte. São eles: a motivação, a percepção, a cognição, a avaliação e a conduta.

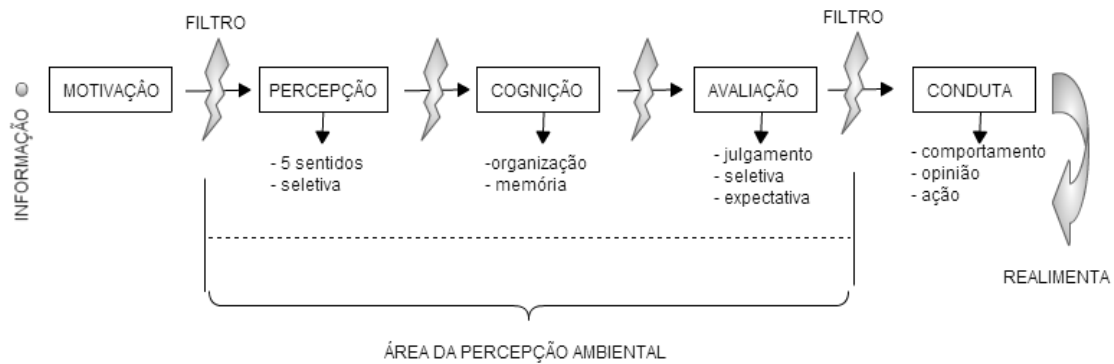


Figura 1 - Interação Ambiental
Fonte: (Del Rio, 1991, p. 124)

A *motivação*, conforme tratada anteriormente, está associada ao nosso interesse, seja consciente ou inconsciente de nos relacionar com o ambiente e nossa pré-disposição em apreendê-lo. O segundo componente, a *avaliação*, é onde expressamos nossos valores culturais e sociais, manifestamos o julgamento frente à ação e onde definimos a classificação qualitativa do meio ambiente. E a *conduta*, componente finalizador do processo de interação ambiental que se manifesta na forma de ações ou comportamentos, produto de novas imagens mentais, opiniões ou atitudes.

Os dois últimos componentes, a *percepção* e a *cognição*, merecem uma atenção particular. Inicialmente, a percepção era definida como a absorção de estímulos externos captados pelos sentidos, não levando em conta fatores sociais ou de personalidade. Estudos mais recentes preveem que a percepção é o resultado de um sistema composto pela interação dos cinco sentidos, que captam do meio ambiente a informação de forma seletiva, conforme corrobora GIBSON (1974), “o que é percebido, o percepto, é essencialmente subjetivo e depende de contribuições do observador, através de peculiaridades e experiências anteriores”, ou seja, a percepção adquire um caráter subjetivo e individual.

Por fim, a *cognição*, que é resultado de processos mentais de categorização, organização e reconhecimento de estímulos perceptivos, funciona como um banco de informações, constantemente mutáveis, adquiridas e constantemente realimentadas, onde cada vez que é reinserida está sujeita a novos filtros e novas interpretações.

O processo cognitivo está, portanto, sujeito a filtros socioculturais, categorias e sistemas resultantes de processos de socialização do indivíduo, e a filtros psicológicos, dependentes do sistema interpretativo pessoal, de valores e expectativas de cada pessoa (DEL RIO, 1991, p. 127).

Diante da subjetividade destes dois últimos componentes, sentimo-nos seguros em adotar a postura de Kevin Lynch na definição de percepção ambiental, ou seja, resultado de outros três processos: a percepção (sentidos), a cognição e a avaliação, portanto, depende do estímulo presente, das experiências passadas e das expectativas futuras.

Este sistema resulta no que entendemos por imagem mental, ou seja, representações ou constructos hipotéticos que permitem a evocação de uma realidade ausente. Estas imagens protagonizam os processos de evocação da memória, do reconhecimento e são constantemente recriadas e resinificadas.

Imagens ambientais é resultado de processos de dois sentidos entre o observador e seu ambiente. O ambiente sugere distinções e relações, e o observador, com grande adaptabilidade e a luz de seus próprios propósitos, seleciona, organiza e presta significado aquilo que ele vê. A imagem assim desenvolvida agora limita e enfatiza o que é visto, enquanto a imagem propriamente dita vai sendo testada contra o input perceptivo filtrado em um processo interativo constante. (LYNCH, 1960, p. 6)

Portanto, nossa conduta depende inteiramente da imagem ambiental que produzimos, ou seja, do que acreditamos ser verdadeiro, do que construímos a partir de sensações, vivências e conhecimentos adquiridos.

Capítulo 2 – A Cidade, O Porto e a Rua.

2.1 A Cidade do Rio Grande

A cidade, como objeto discutido e analisado quase a exaustão, está presente na humanidade desde os primórdios, ou desde que compreendemos os grupos humano organizados além dos laços sanguíneos, sendo por vezes utilizada como exemplo de evolução.

O vocabulário, a esse respeito, constitui um precioso testemunho que associa a noção de civilização à existência de cidades e ao modo de vida urbano: como prova o parentesco etimológico entre cidade e civilização, entre ruralismo e rusticidade, sinal de uma associação semântica. Como se a cidade fosse a expressão acabada e o **lugar** privilegiado da civilização. (RÉMOND, 1976, p.137)

Longe do esperado, de uma “expressão acabada”, a cidade nos surpreende tal como um organismo vivo em busca de adaptação, entre saltos e estagnações modifica-se adquirindo novas funções e formas. Num destes saltos, a partir dos 1800, a cidade rompe com suas características iniciais tornando-se palco de novos modos de vida, trabalhos, lazeres e relações sociais. Assim, Rio Grande, palco do acesso das tecnologias do século XIX, antes da consolidação de uma cidade com características comerciais, se apresenta na historiografia como uma cidade operária e militarizada; sua importância era restrita à defesa e à manutenção territorial, um marco lusitano – proveniente do sistema colonizador do atual Rio Grande do Sul – como se constata a seguir:

Além do papel militar e geopolítico frente ao Rio da Prata e de porta de entrada colonizatória e econômica para o Continente do Rio Grande, a função administrativa foi de extrema relevância para o projeto de Portugal em implantar a civilização no Brasil Meridional (TORRES, 2008, p. 9).

Conforme Luiz Henrique Torres (2008), a ocupação das terras da Barra do Rio Grande ocorreu devido à estratégia de enfrentamento entre Portugueses e Espanhóis. Diante deste quadro, a Vila do Rio Grande (1751) adquire a conotação

de centro militar que, associando a Comandância Militar e a Câmara Municipal, torna-se o primeiro centro urbano do Brasil meridional.

Paralelamente, o restante do Brasil seguia uma formatação de industrialização dispersa, que se estendeu até o final do século XIX, de acordo com as informações levantadas por Solismar Fraga Martins, abaixo:

a indústria brasileira era descentralizada até o final do século XIX e várias são as razões que explicam este fenômeno. Entre eles estaria a falta de articulação entre os complexos econômicos regionais, o que possibilitou o desenvolvimento de economias isoladas nacionalmente onde um dos principais entraves era a dificuldade de meios de comunicação terrestre. Portanto, o desenvolvimento se dava também através de embarcações e das cidades que abrigassem portos (MARTINS, 2005, p. 6).

Este isolamento dos núcleos industriais no Brasil acabou funcionando como uma proteção para os industriais e um obstáculo à expansão do capitalismo, centralizando capital nas mãos das classes proprietárias e reformulando as oligarquias no Brasil, ou seja, dando continuidade ao sistema de centralização capital, que existia durante o império.

Posteriormente, já no início do século XIX, Rio Grande supria a necessidade de comunicação com o restante do país por via marítima, sendo assim, tornava-se o principal centro de comércio da Capitania, entrando em processo de ascensão socioeconômica, diretamente relacionada ao movimento portuário.

A partir de 1873 chegam as grandes indústrias, que unidas ao forte desenvolvimento tecnológico e à consolidação do capitalismo, efetivavam a imagem de uma cidade de economia industrial. Este momento é denominado, conforme Martins (2006), como o período de industrialização dispersa em Rio Grande tendo início no ano de 1874, estendendo-se até 1930, quando inicia o período da industrialização restringida, o qual vai até 1960, com o início da crise fabril e a retração do parque industrial riograndino.

A gênese do primeiro período ocorre a partir da implantação da fábrica de tecidos Rheingantz “em novembro de 1873, Carlos Guilherme Rheingantz funda com seu sogro, Comendador Miguel Tito de Sá, e Hermann Vater (...) a Fábrica Nacional de Tecidos e Panos de Rheingantz & Vater (...), a primeira do Rio Grande do Sul”, segundo Vivian Paulitsch (2008, p. 55). E, aproximadamente, um ano depois, Rio

Grande é invadida por indústrias dos mais variados setores. Este processo, praticamente, caracterizou o século XIX no Brasil.

Tendo em vista a industrialização dos municípios, outras resultantes surgiam, dentre elas, um forte e desordenado êxodo rural decorrente da busca dos empregos oferecidos pelas indústrias. Salienta-se que este contingente engrossava as camadas populares e aumentava exponencialmente a zona urbana, contrapondo a ascensão de uma sociedade burguesa capitalista. Este aumento populacional também influenciou, diretamente, a especulação imobiliária aumentando os preços da terra. As vendas e reformulações dos espaços acabaram pondo abaixo boa parte das construções mais antigas. Cabe lembrar, conforme Ezio Bittencourt, “que as demolições eram símbolo de renovação, que a noção de patrimônio histórico surgiu somente após o urbanismo progressista” (2007, p. 51), ou seja, derrubar prédios e a erguer novos constituía uma atividade associada ao desenvolvimento.

Seguindo esta linha, as cidades começavam a mudar de panorama, não apenas os gigantes de concreto alteravam a paisagem urbana como, também, tudo que em torno deles girava. Como nas demais cidades industrializadas, Rio Grande também teve que se readaptar; a interface da antiga cidade já não supria mais as necessidade da nova sociedade. Enfim, a cidade antes militarizada com uma expressiva área fundiária, agora, dava lugar à cidade industrializada, onde os espaços eram preenchidos com novas moradias.

Podemos considerar que essas derivações espaciais podem ser apontadas tanto no que se refere a expansão urbana propriamente dita, com incorporações de áreas anteriormente agrícolas ou por acréscimos conquistados por meio de aterros, cujos primeiros registros datam do século XIX (MARTINS, 2006, p.100).

As modificações não eram apenas físicas. Com o desenvolvimento econômico, a burguesia ascendente buscava sua própria identidade como sugere Bittencourt (2007, p. 37) “a adoção de práticas culturais burguesas europeias, notadamente franco-inglesas, pelas elites brasileiras servia para reforçar e legitimar a distinção e a superioridade desse segmento social”. Assim, a nova burguesia riograndina copiava, adaptava e criava novos valores e códigos culturais.

Na primeira década do século XX, o Brasil vivenciava as grandes mudanças sociais – o fim da escravidão, a implantação do Regime Republicano, o investimento na política imigratória – em nível local, a cidade se diversificava em inúmeros ramos comerciais, industriais e de serviços, colocando Rio Grande na primeira linha de desenvolvimento no Brasil. Este desenvolvimento impulsionado pelas exigências da sociedade acabava refletindo em áreas indiretas, como na educação e nas atividades culturais. Neste período, foram fundadas quatro das maiores escolas riograndina, ainda hoje, em funcionamento: O Colégio Municipal Lemos Jr., Liceu Salesiano Leão XIII, Colégio São Francisco e o Colégio Santa Joana D'Arc⁶; juntos alavancaram a referência da educação local ao ponto de comparação com a educação do Rio de Janeiro.

A cultura europeia influenciava os hábitos, a hora do lazer, as confraternizações e, conseqüentemente, propunha novos espaços de permanência a uma sociedade ávida por diversão e cultura. Dessa forma, Rio Grande mergulhava na era dos bailes, dos espetáculos e dos cassinos. Sobre este ponto, Gilberto Freyre retrata, panoramicamente, a influência cultural europeia:

A valorização social começa a fazer-se em volta de outros elementos, em torno da Europa burguesa, donde nos foram chegando novos estilos de vida, contrário aos rurais e mesmo aos patriarcais: o chá, o governo de gabinete, a cerveja inglesa, a botina Clark, o biscoito de lata. Também roupa de homem menos colorida e mais cinzenta; o maior gosto pelo teatro, que foi substituindo a igreja; pela carruagem de quatro rodas, que foi substituindo o cavalo ou o palanquim; pela bengala e pelo chapéu-de-sol que foram substituindo a espada de capitão ou de sargento-mor dos antigos senhores rurais. E todos esses novos valores foram tornando-se as insígnias de mando de uma nova aristocracia: a dos sobrados. De uma nova nobreza: a dos doutores e bacharéis talvez mais que a dos negociantes ou industriais. De uma nova casta: a de senhores de escravos e mesmo de terras, excessivamente sofisticados para tolerarem a vida rural na sua pureza rude (FREYRE, 1977, p. 574).

Não obstante, as alterações não se restringiam à sociedade. Inspirada na *Belle Époque* – principalmente pela formatação da capital francesa – ocorreu um alargamento das ruas existentes, a construção de avenidas, *Boulevards* – principalmente nas vias de acesso ao centro –, parques, praças, ou seja, um novo modelo de apresentação da cidade sincronizado com higienização, organização e beleza de um centro empenhado em vender uma imagem de prosperidade.

⁶ Atualmente, Colégio Bom Jesus Joana d'Arc.

2.2 O Porto e a Rua

O crescimento econômico e a mudança de habito sofrido por Rio Grande, descrito no capítulo anterior, deve-se inicialmente a dois fatores igualmente importantes: sua fisiografia, única na região, que facilitaria a instalação de um porto marítimo; e um distanciamento de outros centros comerciais do Brasil, tornando o porto à única conexão com o norte da colônia.

Estes dois fatores associados a uma intensa e crescente atividade charqueadora que despontou a partir do século XIX, beneficiaria a concentração de renda entre estes centros, que dispunham dos arroios, da Lagoa Mirim e do Canal do São Gonçalo como meio de escoamento de sua produção.

A dificuldade de transporte das tropas de gado em pé, única opção de exportação da pecuária gaúcha até o centro do país, era dificultosa devido a distância e aos obstáculos geográficos, no entanto a introdução da feitura do charque iria modificar esta estrutura econômica, impulsionando-a e trazendo riqueza para as cidades da região. (MARTINS, 2006, p.65)

Neste período, Pelotas encabeçava a produção como principal centro charqueador, e a Cidade do Rio Grande passava a ser responsável pela exportação e comercialização com o restante do Brasil e da América Central. Além disso, o porto também seria as portas de entrada de produtos manufaturados consumidos pela província.

A partir de 1822, consolidava-se o período comercial mais representativo da cidade, tendo como centro a Rua da Praia, atual Rua Marechal Floriano, por ela se estendia a maior concentração de casas comerciais e de serviço, também nela se apresentavam as melhores construções e melhor via pública da cidade, conforme a seguir,

a Rua da Praia é larga, porém não perfeitamente reta. Dotada de belas casas cobertas de telhas, construídas com tijolo, todas possuindo sacadas, várias de uma andar e com balcões de ferro. É nessa rua que se veem quase todas as lojas e a maioria das vendas, umas e outras bem sortidas. No resto da cidade não se contam mais de seis ou oito casas assombradas e as quatro ultimas ruas compõem-se quase unicamente de miseráveis choupanas de telhado muito alto, porém mal conservadas, pequenas, de paredes de enchimento, servindo de moradia a população pobre, operários e pescadores. (SAINT HILAIRE, 1999, p.64)

Saint Hilaire deixa claro que, embora a anunciada ascensão econômica que a região vivenciava, este poder estava restrito a um grupo de comerciantes apenas, que dispunham das melhores localidades e da melhor infraestrutura da cidade. Também podemos perceber a estreita relação entre a cidade e as águas, especializando saberes e fazeres, como a pesca. Quanto à distribuição espacial da cidade, mantinha a mesma orientação de sua origem, povoando os entornos do Forte Jesus-Maria-José e da Matriz de São Pedro, no decorrer da lagoa. A própria Rua da Praia é motivo de uma maior atenção, onde seu contorno margeando a orla seria associado à qualidade de vida e desenvolvimento.

A crescente valorização que o comércio marítimo adquiria, influenciaria na distribuição espacial e se materializaria na forma de melhorias e facilitadores. Nas décadas seguintes se intensificaram estas ações, resultando no avanço em direção a Lagoa dos Patos, partindo da Rua da Praia, através de dragagens do canal e aterros da margem. Durante este período, sedimentos retirados destas dragagens e restos do Forte Jesus-Maria-José foram depositados em frente à Rua da Praia originando novas quadras e alinhando a orla, propiciando assim a construção do primeiro cais acostável do Porto do Rio Grande, junto à – também, recém criada – Rua Nova das Flores (COMPSTEIN, 1982), denominada posteriormente de Rua Nova da Boa Vista e hoje Rua Riachuelo.

Observa-se que o cais foi construído com uma extensão aproximada de 300 metros, entre o antigo Trapiche de João Carlos, doravante denominado de trapiche da Catraia, e o Trapiche de Joaquim Muniz. A linha de costa (...) avançou cerca de 90 metros a partir da Rua da Praia sobre as margens da Lagoa a beira do canal de navegação. Aterros também foram feitos na extremidade leste da orla, onde aparece construído o Trapiche do Cunha (TORRES, 2010, p. 44).

Conforme Rodrigo Torres, o primeiro cais do Porto do Rio Grande possuía uma extensão de 300 metros e a faixa de terra que se estendeu depois do aterro era de 90 metros, ou seja, um ganho de área de 27000 metros quadrado que se destinaria ao porto e as atividades comerciais, de importação e exportação. Cabe ressaltar que a extensão mencionada por Torres entre o Trapiche João Carlos e o

Trapiche Joaquim Muniz representa hoje a área ocupada pelos armazéns do Porto Histórico da Cidade do Rio Grande.

Obras desta magnitude só eram possíveis graças aos esforços dos comerciantes, que viam nelas oportunidade de ampliar o acesso de mercadoria através de navios de calado maior. Entre as obras que se seguiam, destacou-se a construção do novo prédio da Alfândega na década de 1830, este por sua vez, receberia inúmeras reformas durante o século XIX, ampliando o seu tamanho.

Esta nova sede da Alfândega sofreria várias reformas ao longo do século XIX ampliando sua construção. O alinhamento do Cais da Boa Vista e a localização do prédio da Alfandega seriam mantidos então pelos próximos 40 anos, até a década de 1870, quando reformas de grande monta na face urbano-portuária redefinem a paisagem na orla da Lagoa (TORRES, 2010, p.46)

Entre as décadas de 1830 e 1850, inúmeras obras expressivas se dariam e alterariam a paisagem da cidade, como o Teatro Sete de Setembro (1832), a Santa Casa de Misericórdia (1835), o edifício da Praça do Comércio e dos Correios (1844), da Bibliotheca Rio-grandense (1846) e o Mercado Público (1848), algumas destas construções são, ainda hoje, referência do entorno do Porto Histórico do Rio Grande, citadas pelos riograndinos como veremos no capítulo seguinte.

Apenas em 1869, o governo é autorizado a contratar obras de modernização das instalações portuárias, beneficiando as cargas, descargas e conservações das mercadorias através da construção de armazéns. A partir deste momento o Porto do Rio Grande recebe melhorias não apenas funcionais como também estéticas. O então denominado Cais da Rua Riachuelo – renomeado em homenagem a participação brasileira na Guerra do Paraguai (TORRES, 2009) – tem sua estrutura reconstruída de pedra que além de seguro também era bonito.

Porém, todo avanço tecnológico e investimento que a zona portuária recebia poderia não ser suficiente diante do problema que se anunciava.

O desenvolvimento da navegação e do comércio marítimo pelo único porto de mar da província via-se limitado pelas características naturais da barra e do canal de acesso ao porto. Antes das obras de construção dos molhes da barra, no início do século XX, a entrada do canal de acesso era batizada por traiçoeiros bancos de areia submersos, cuja, posição e profundidade variavam de acordo com as condições hidrográficas e meteorológicas reinantes (TORRES, 2010, p.63)

Muitas vezes, embarcações que tentavam adentrar o canal de acesso ao porto acabavam encalhando e, conseqüentemente, sendo destruídas pela ação as ondas. Algumas embarcações preferiam fundear fora da barra e aguardar o melhor momento para entrar, esta espera e a necessidade de mão de obra especializada para conduzir o navio acabava onerando demasiadamente os serviços. Esta situação acabava beneficiando o porto de Montevideu, principal concorrente do Porto do Rio Grande, e tornava-se cada vez mais difícil encontrar navios Europeus que se dispusessem a pagar as altas taxas e correr os riscos de aportar em Rio Grande.

Após inúmeros estudos e tentativas contratuais irrealizadas, em 1908, a *Compagnie Française du Port de Rio Grande do Sul*, realizou a obra que fora findada em 1915 juntamente com a construção do Porto Novo. Ambas representaram um grande esforço, tanto de contingente quanto financeiro na manutenção do funcionamento do porto, não só incidindo na vida portuária como também influenciando a paisagem da cidade. Após este momento, o setor administrativo do porto migra para suas novas instalações na Rua Honório Bicalho, deixando na Rua Riachuelo, apenas atividades secundárias.

Nestas curtas linhas onde, resumidamente, expomos a gênese do Porto do Rio Grande, procuramos ambientar o leitor com a área alvo do projeto de revitalização que segue no próximo capítulo. Podemos evidenciar a inegável influência que manteve, e mantém ainda hoje, na formação de uma identidade riograndina associada às águas. Ainda no século XIX, foi travada uma batalha infundável contra as condições naturais, para transformar aquele espaço num lugar. Um lugar que fosse convidativo tanto para os que ali estavam, quanto para os que chegavam.

Nesse sentido, percebo como a paisagem construída no século XIX refletia expectativas geradas no contato entre as embarcações e o porto. Mas é, sobretudo no termo 'Cais da Boa Vista', que me aproximo do modo estas expectativas foram equacionadas na face urbano-portuária da cidade. A 'Boa Vista' neste contexto parece servir tanto ao olhar de quem chega ao porto com ao de quem dele espera o que vem do mar (TORRES, 2010, p.82).

Ainda hoje, dragagens do canal, melhorias nos molhes, expansão do porto em direção a Barra, refletem numa artificial tentativa de ser aceito pela natureza. O porto ainda representa os anseios e expectativas que estão guardadas em um futuro promissor próximo.

Capítulo 3 – A Percepção e a Revitalização do Porto

A pesquisa explicitada nas linhas seguintes tem como objetivo identificar como se pronuncia a percepção da população frente à área do Porto Velho da Cidade do Rio Grande e procurar verificar através da compreensão do edital quais elementos o projeto procura privilegiar. Baseamo-nos na conceituação teórica trabalhada nos capítulos anteriores e partimos do pressuposto da correlação entre patrimônio cultural e identidade. Portanto, à pesquisa torna-se indissociável a abordagem da esfera de percepção ambiental na chamada apropriação do lugar, que por sua vez, tem inegável importância nas intervenções propostas pelas revitalizações urbanas.

Dividimos os objetivos, para fins metodológicos de exposição em duas partes:

- Procuramos identificar as expectativas e preferências da população com relação à área delimitada.
- Buscamos identificar a imagem que o projeto pretende salvar.

Na primeira, procuramos evidenciar quais as preferências - espaços e edificações -, e expectativas - mudanças e permanências - numa revitalização. Na segunda, partimos da hipótese do projeto de revitalização ter a intencionalidade de salvaguardar um determinado período da *vivência* da área, buscamos identificar quais edificações e espaços serão privilegiados.

Conforme o arquiteto Vicente del Rio (1991, p. 320) no “campo de estudo da percepção ambiental (...) não existe uma metodologia ou sequer um instrumento destacável como mais propício de uma maneira geral”. Portanto, como forma de contemplar a pesquisa utilizamos do emprego de uma pesquisa de campo, onde procuramos nos aproximar da percepção que os usuários mantêm da área na atualidade. Num segundo momento, buscamos a compreensão do edital e sua respectiva documentação suporte. A documentação proposta utiliza um conjunto de documentos de natureza diferente, portanto, além da análise de contexto nos dedicamos igualmente ao levantamento fotográfico. A partir destas duas análises,

que se permeiam, procuramos identificar os prédios e áreas privilegiadas construindo assim a possível imagem da revitalização.

No âmbito da análise fotográfica, partimos do entendimento que, tal qual um texto escrito, a fotografia também propicia o entendimento do contexto narrado, visto que,

na qualidade de texto, que pressupõe competências para sua produção e leitura, a fotografia deve ser concebida como uma mensagem que se organiza a partir de dois segmentos: expressão e conteúdo. O primeiro envolve escolhas técnicas e estéticas, tais como enquadramento, iluminação, definição de imagem, contraste, cor etc. já o segundo é determinado pelo conjunto de pessoas, objetos, lugares e vivências que compõem a fotografia. Ambos os segmentos se correspondem no processo contínuo de produção de sentido na fotografia, sendo possível separá-los para fins de análise, mas compreendê-los apenas como um todo integrado (MAUAD, 2004, p. 25).

Conforme Ana Maria Mauad, a título desta pesquisa, procuramos analisar a fotografia de forma quantitativa buscando elencar ícones visíveis, partindo do pressuposto que suas maiores verificações estão correlacionadas a intencionalidade de preservação destes, compondo uma visualidade da área delimitada. Porém, conforme citamos anteriormente, há uma eleição entre os elementos do espaço, o que nos impede de basearmos a pesquisa apenas no visível. Portanto, buscamos na definição de *visualidade* de Ulpiano Meneses, a tentativa de perceber também os espaços marginalizados.

Conforme Meneses, o conceito de *visualidade* divide-se em três: o *visual*, como o conjunto de ícones norteadores e identitários de um grupo; o *visível*, que contrapõe o invisível, ou seja, a relação de poder entre o que pode ou não ser visto; e a *visão*, o observador propriamente dito, responsável pela relação entre o documento e o mundo – que será o responsável pela mediação entre o que deve ou não ser visto. Percebemos que em ambas as definições a fotografia se manifesta na sua totalidade a partir da percepção – dos detalhes – e do contexto em que está inserida. Neste sentido, o capítulo II fornece subsídios para entendermos os motivos por trás das imagens.

3.1 Percepções da área (fontes diretas)

A partir deste momento, apresentaremos como foi desenvolvida a pesquisa através dos dados diretos, sobre a percepção da área portuária (Porto Velho) de Rio Grande. Será exposta a metodologia e a interpretação dos dados coletados. Evocaremos conceituações desenvolvidas na primeira parte deste trabalho e os resultados obtidos a partir destas considerações serão somadas na fundamentação das conclusões obtidas.

Baseamos a análise de dados diretos na fundamentação metodológica utilizada na tese de Vicente del Rio (1991), intitulada “*Desenho Urbano e Revitalização na Área Portuária do Rio de Janeiro: A contribuição do estudo da percepção Ambiental*”, porém, com breves alterações que propiciassem resultados em conformidade com a realidade riograndina. Cabe aqui ressaltar, que a metodologia aplicada serve ao propósito de uma verificação frente à postura do projeto de revitalização e a percepção ambiental, não é objetivo da pesquisa um aprofundamento detalhado nos processos mentais, se não, as definições utilizadas no procedimento de interpretação oriundo dos resultados obtidos pelo questionário.

A partir disso, assinalamos que a pesquisa está concentrada em dois níveis de percepção: nível cognitivo, onde ocorre a formação, estruturação e organização das imagens mentais; e o nível de avaliação/conduta, onde se dá a seleção, o julgamento, a formação de expectativas e atitudes. Embora exista um número conceituado de método utilizáveis pelos pesquisadores, optamos por um questionário (veja Anexo II), tendo em vista sua ampla aplicabilidade e proximidade com a proposta desta pesquisa. Para fins de interpretação o questionário foi dividido em quatro partes, contemplando as seguintes áreas:

1) Caracterização: (questões: de 1 a 9, 11 e 12 – questionário anexo II)

Neste primeiro momento as perguntas tiveram o objetivo de promover a caracterização do respondente identificando-o por: nome, sexo, idade, ocupação, escolaridade, onde mora e onde trabalha. Acreditamos que suas vivências são passíveis de influenciar suas respostas, a breve imagem provocada pela caracterização possibilita, talvez, a abertura para novas interpretações.

2) Nível Cognitivo: (questões: 10, 13,14,15 – questionário anexo II)

A segunda parte do questionário é responsável pela interpretação do nível cognitivo, ou seja, o conjunto de imagens mentais⁷ e os ícones mais representativos de seus mapas mentais⁸, tanto no nível do Bairro Centro quanto no nível do Porto Velho e seu entorno. Também visa expor o conhecimento espacial e identificar o conjunto de imagens ambientais dos respondentes.

Na questão *Cite quatro (4) prédios do centro de Rio Grande que você considera com valor histórico para a cidade*, procuramos identificar quais prédios de Rio Grande permeiam o imaginário da população representantes da categoria *histórico* com o intuito de comparação com os prédios tombados.

3) Atitudes e Atributos (Avaliação/Conduta)

(Questões: 16 e 17 – questionário anexo II)

Na terceira parte, visamos identificar a compreensão dos atributos ambientais identificados pelos respondentes. Nas questões 16 e 17, é exposto um conjunto de impressões ambientais, onde o respondente deve expressar sua opinião para cada uma. Como forma de coletar os diferentes níveis de satisfação ou insatisfação referente a cada proposta, seguimos o modelo de escala de Likert, onde a opinião é expressada numa escala de -3 (o menor concordante) à +3 (o maior concordante) e de diferencial semântico o negativo e o positivo.

Intencionalmente optamos por impressões que fossem correlacionáveis tanto com a realidade dos riograndinos, quanto com a proposta do trabalho de percepção ambiental e revitalização.

4) Preferência e Expectativa (Avaliação/Conduta)

(Questão 18 – questionário anexo II)

A quarta parte do questionário, assim como a parte anterior, transita na esfera da Avaliação/Conduta. Porém, ao contrário da fase anterior onde são propostas impressões sobre o ambiente, nesta o respondente é submetido a três

⁷ Imagem mental: “é a do tipo simbólico, figurativo ou associativo (...) como esta imagem possui sentido em si mesma, ela se revela como substituição da realidade, ou símbolo.” (DEL RIO, 1991, p.362)

⁸ Mapa mental: “são imagens icônicas, guardam em si algum tipo de estruturação interna entre seus elementos formadores, e remontam a uma lógica operacional. É através dessas imagens, ou mapas mentais, que nossa cognição é capaz de reconstruir um lugar” (DEL RIO, 1991, p.362)

situações hipotéticas de tratamento de Centros Históricos. As três situações não são aleatórias, foram construídas segundo representações clássicas de tratamento de centros históricos onde reproduzem respectivamente:

- Renovação: caracterizada pela mudança completa do centro histórico não levando em conta a materialidade representante de uma identidade local.
- Manutenção/Congelamento: onde imbuído por um desejo de perpetuação dos prédios o projeto remaneja a “vida útil” do bairro para um segundo, diminuindo sua frequência permitindo uma falsa sensação de preservação.
- Revitalização: prática mais adotada atualmente, onde os prédios julgados com uma grande representação simbólica para o bairro e para o município são alvo de políticas de salvaguarda, porém ao contrário do modelo anterior não são congelados recebendo novas funções.

Os modelos e suas respectivas características foram baseados em características de modelos de intervenções que permeiam o imaginário dos cidadãos. Por exemplo, não raro um ou outro, ainda assenti a possibilidade do centro comercial (que hoje se pronuncia junto ao histórico) de migrar para um outro bairro com maior possibilidade de expansão territorial, como uma proposta “encaminhada”. Portanto, as três premissas foram construídas baseadas em “possibilidades”, sendo a opção três (3) baseada no projeto de revitalização urbana em discussão nesta pesquisa.

Pretendemos com a quarta parte do questionário, identificar (ou não) uma possível aceitação do projeto sem que ele seja efetivamente nomeado, assim como exposto ao lado de outras “ideias” igualmente populares.

Visto a estruturação e os motivos de análise implícitos em cada parte do questionário passamos ao método de aplicação e os respectivos locais de coleta. O questionário foi aplicado a pessoas individuais ou grupos de forma aleatória, não foi feita nenhuma forma de seleção, nem exclusão, com o intuito de privilegiar todas as possíveis respostas dos frequentadores. Conforme mencionado anteriormente, os motivos de relacionamento do indivíduo com a área pode influenciar a forma como a enxerga, acreditamos que a aleatoriedade nos conferia um maior grau de veracidade

no resultado final das respostas. Outro ponto a destacar, refere-se a abordagem, os questionários foram aplicados de forma individual e lidos com a presença do entrevistador, minimizando os possíveis desentendimentos das questões, principalmente as que utilizavam da escala.

Quanto aos espaços de aplicação, agimos de forma contrária, teve uma forte intencionalidade na escolha, onde visamos dois objetivos, primeiramente procurávamos espaços com maior frequência que proporcionasse um maior número coletado em favor do tempo. Em segundo, que o respondente mantivesse o objeto (Porto Velho, Docas e Rincão da Cebola) no seu campo visual, proporcionando uma maior interação que seria refletida nas respostas. Os locais podem ser visualizados através da figura 2⁹, abaixo:

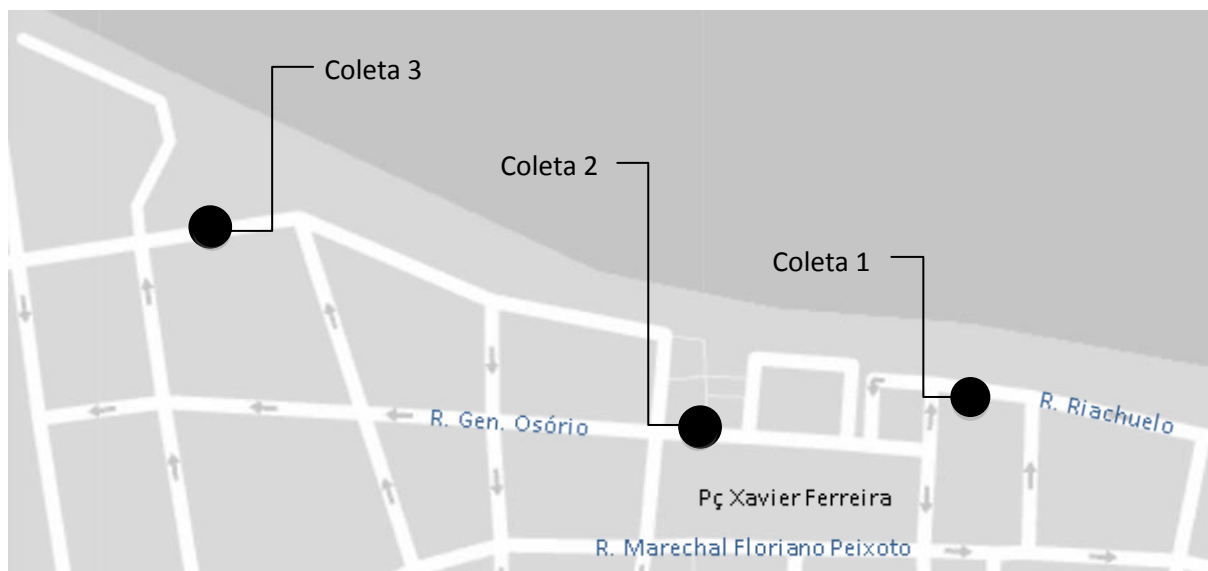


Figura 2 Pontos de Coleta
Fonte: Google Maps® (adaptado pelo autor)

A coleta dos questionários foi feita no período de dois turnos, uma manhã e uma tarde. Cabe ainda ressaltar duas observações levantadas em campo: 1) A receptividade foi baixa, como se esperava, pois a área delimitada possui pouca frequência em comparação com o restante do Centro Histórico de Rio Grande, parte das pessoas que a frequentam estão em trânsito, para o (ou em) serviço.

⁹ A pesquisa, desenvolveu-se no espaço de abrangência dos pontos de coleta identificados na Figura 2 como *coleta 1*, *coleta 2* e *coleta 3*, a segunda e terceira parte se darão, respectivamente, nos pontos *coleta 3* e *coleta 2*, conforme podemos identificar através das cores indicativas. Foram realizadas 50 entrevistas.

Sobre este evento, podemos ainda concluir que a indisponibilidade em responder o questionário não está atribuída a nenhuma característica específica particular dos respondentes, sendo comum exporem a falta de tempo (externo) como justificativa. 2) verificamos uma tendência em buscar uma possível resposta correta entre as mencionadas, sendo necessária mais de uma vez a explicação de não haver o certo e o errado em impressões e preferências.

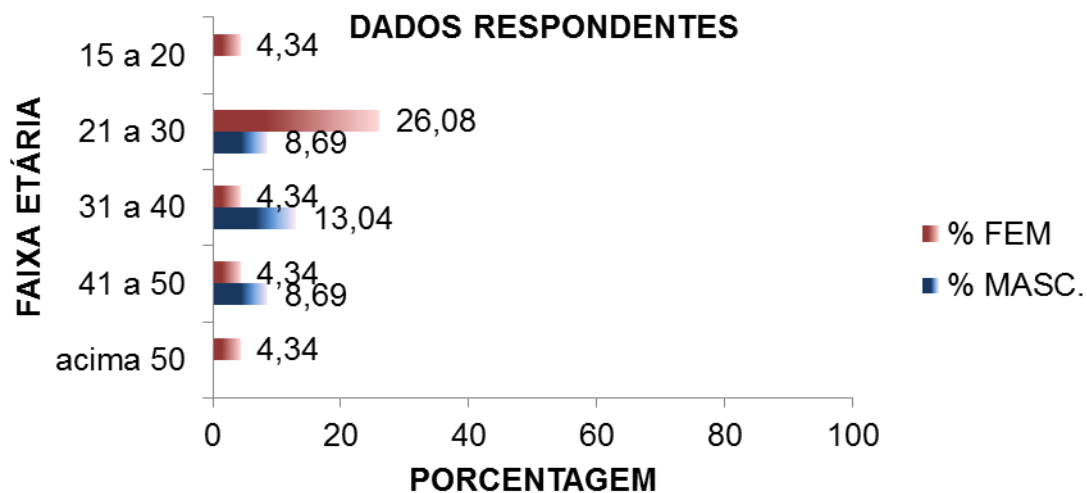
Alguns questionários não foram quantificados, tendo seus dados anulados quando foram visivelmente respondidos sem análise ou quando tiveram mais de 50% comprometidos.

O resultado da análise dos dados coletados, não procurou ter uma rigidez conceitual estatística, procuramos identificar as percepções (qualitativo) através de uma escala quantitativa. Portanto, não seria aceitável metodologicamente a manipulação matemática as preferências e atitudes dos respondentes. Por tanto, trabalhamos através de grupos de respostas semelhantes como representantes de uma parcela da população em reflexo da população total riograndina. A nossa escolha em trabalhar com estatística descritiva associada à percepção ambiental, baseou-se na assertividade de outras pesquisas que caminharam no mesmo sentido desta.

A seguir exporemos os resultados e impressões obtidas a partir do questionário, como forma de organização privilegiando a ordenação mencionada anteriormente onde dividimos o questionário em quatro partes.

1) Caracterização dos respondentes:

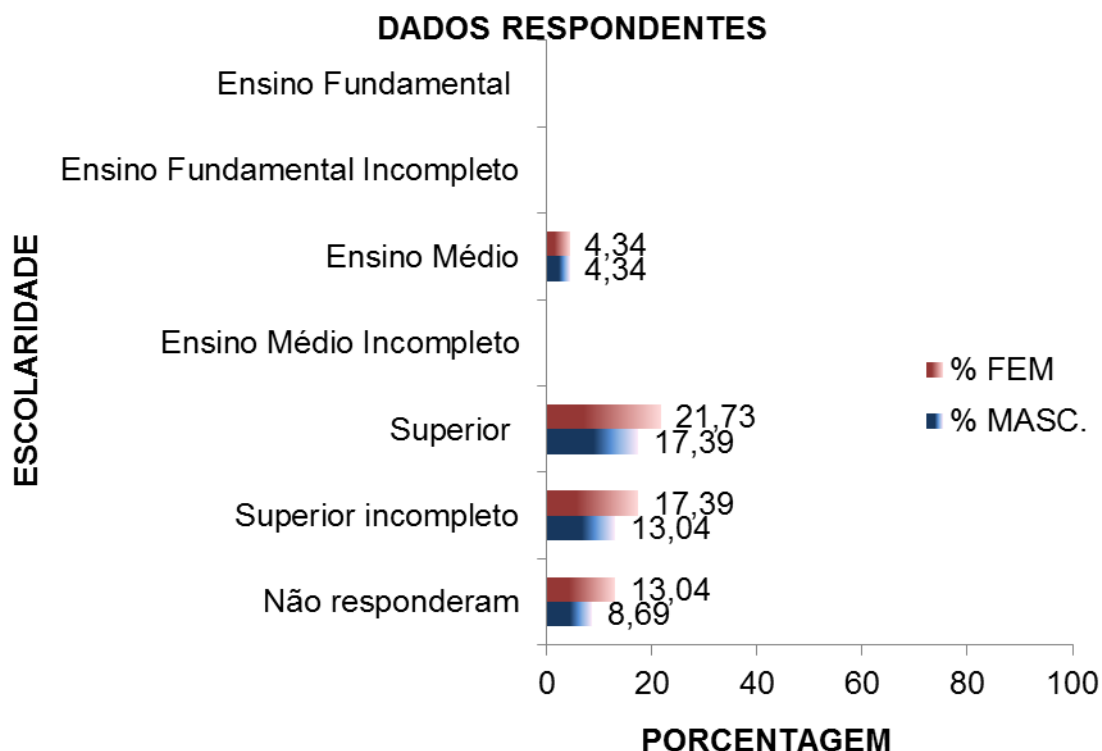
Observamos uma maior frequência de mulheres entre 21 e 30 anos (26,08%) que contrapõe a faixa etária de 15 a 20 anos e, igualmente, de 41 a 50 anos (ambas 4,34 %), entre os homens a faixa etária mais presente está entre 31 e 40 anos (13,04%) em contraponto a faixa de 15 a 20 onde não identificamos nenhum.



Conforme a tabela 5 (apêndice I), podemos afirmar uma maior frequência das mulheres em relação aos homens, onde das 50 respostas¹⁰ coletadas 43,47% eram do sexo feminino e 30,43% do sexo masculino. Sendo que, 26,08% das respostas foram em branco ou tiveram sua legibilidade comprometida. A idade inferior limite foi estipulada como 15 anos, pois segundo Del RIO ela estabelece o “limite onde a percepção, principalmente a formação de atitude e preferências, já se encontram mais consolidadas” (1991, p. 372).

Ainda, nesta primeira parte, outro dado que julgamos importante frente à caracterização dos respondentes foi o nível de escolaridade constante na tabela 6 (apêndice I).

¹⁰ Resposta não rasurada.



Observamos a maior frequência da relação escolaridade e sexo apresentou-se por mulheres com nível superior completo. Acreditamos que o elevado número de entrevistados com nível superior está relacionado diretamente com o local da coleta que é comumente frequentado por estudantes e pesquisadores que vão em busca das documentações dos museus, órgãos públicos e biblioteca estabelecidos no entorno. Podemos presumir além, que a área, embora rica em material documental e arquitetônico, que poderiam ser utilizados multidisciplinarmente nos níveis de ensino Fundamental e Médio, são pouco explorados. Outra análise resulta da observação da ocupação, é que embora descritos como estudantes a maioria agrega outras funções como auxiliar administrativo, funcionário público e comércio.

Com relação às perguntas *Domicílio* (6), *Local de Trabalho* (7), *Qual frequência que vem aqui?* (11) e *o que veio/vem fazer?* (12) (conforme mencionado anteriormente, ambos correlacionados) buscamos identificar a frequência que o respondente entra em contato com a área em estudo: se mora (sempre); se trabalha (aproximadamente uma vez por dia); se faz compras ou pesquisa (eventualmente).

Constatamos que o contato das maioria dos respondentes com a área (85%) ocorre mais de uma vez por dia e o motivo é a moradia e/ou o trabalho localizar-se no entorno. Cabe aqui ressaltar que não foi entrevistado nenhum turista e apenas

uma pessoa oriunda de outro município¹¹. As características identificadas correspondem ao esperado, inclusive quanto a frequência da área delimitada, definida pelos pontos de coleta 2 e 3 na figura 2 – ainda não revitalizada - pois não apresentam atrativos que possibilite uma expressiva interação social, resultando na frequência daqueles que moram ou trabalham na área.

2) Nível cognitivo:

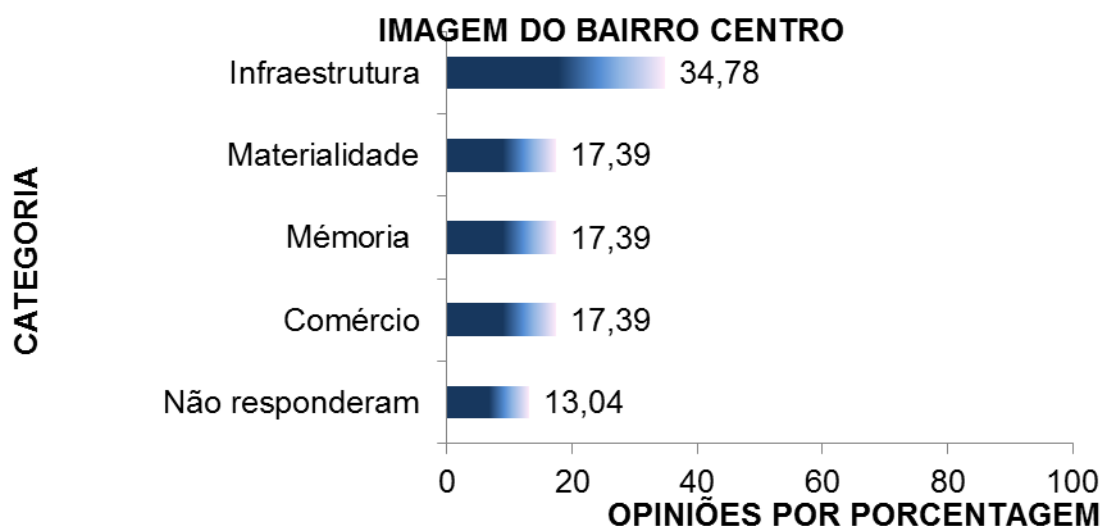
Na segunda parte do questionário procuramos evidenciar as imagens e os mapas mentais dos respondentes, conforme descrito anteriormente. Dividimos em quatro questionamentos a serem comentados em seguida:

A pergunta *em que bairro nós estamos?* (10) era livre, tinha o propósito primeiro de verificar o reconhecimento espacial do respondente e segundo de identificar os possíveis nomes atribuídos ao Centro. Como resposta verificamos *Bairro Centro* como o mais frequente (praticamente unanime), porém, encontramos *Porto e Centro Histórico*.

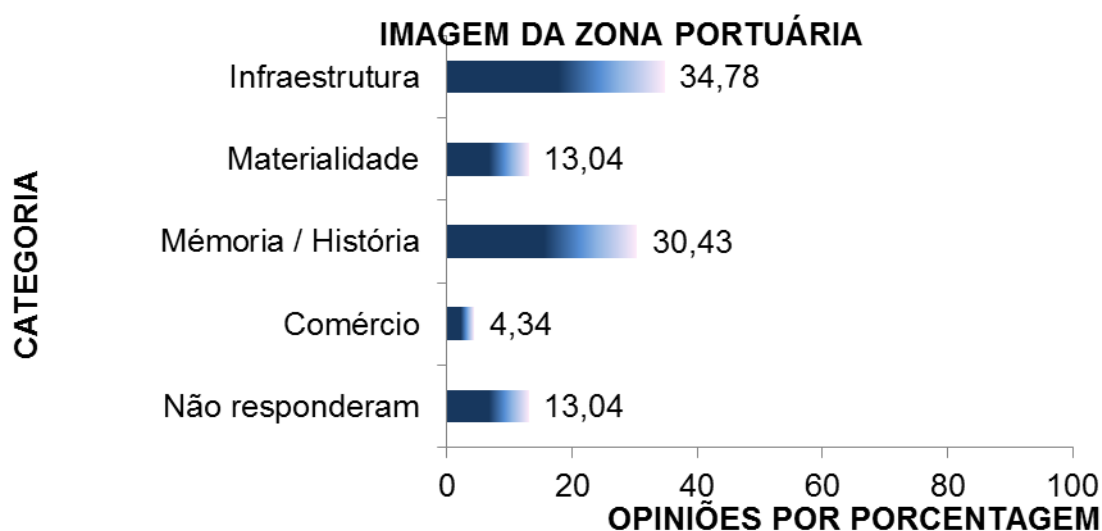
Nas perguntas *Qual a primeira coisa que vem à cabeça quando pensa...*: respectivamente no Bairro Centro (13) e na área do Porto Velho (14), também foram estruturadas de forma a promover uma liberdade ao respondente onde expusesse qualquer resposta e a partir destas identificarmos suas imagens mentais referentes à área. Como resultado tivemos diferentes abordagens onde, com o intuito metodológico de quantificá-las, as categorizamos em quatro temas respectivamente: *Infraestrutura*, onde se mostravam descontentes com a acessibilidade e locomoção; *Materialidade*, categoria definida por exemplificações da materialidade do Centro, como prédios, ruas e praças; *Memória*, onde se referiam a momentos pessoais vividos; e *Comércio*, alguns associando o comércio da Rua Bacelar a um lugar de convívio social e outros referenciando a sua importância para a cidade.

Na esfera do Bairro Centro (tabela 7 – apêndice I), evidenciamos uma maior referência à infraestrutura (34,78%), seguido respectivamente pelas categorias materialidade, memória e comércio (17,39 cada).

¹¹ Estudante da FURG com domicílio em Pelotas.



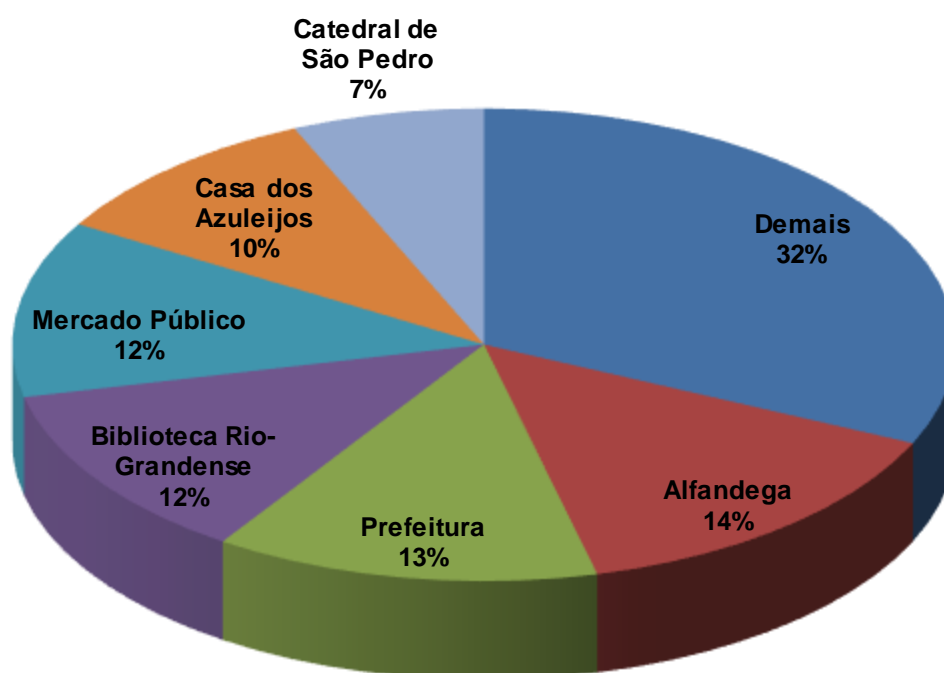
E na esfera do Porto Velho e seu entorno (tabela 8 – apêndice I) evidenciamos igualmente uma predileção as questões de infraestrutura (34,78%), porém, diretamente associadas à memória e representação para a cidade (30,43%).



As questões 13 e 14 propiciaram a possibilidade de manifestação dos respondentes, embora, não aplicável à metodologia quantitativa proposta por este trabalho. Cabe aqui ressaltar que neste momento surgiram pequenas reivindicações referentes às condições de manutenção dos prédios por eles considerados históricos ou representantes de suas memórias.

A questão *Cite quatro (4) prédios do centro de Rio Grande que você considera com valor histórico para a cidade*, buscamos, num primeiro momento, identificar os elementos urbanísticos (15) mais significativos da imagem mental que define os mapas mentais dos respondentes; e num segundo momento, buscamos verificar se estes se enquadravam na lista (anexo I) de bens tombados pelo IPHAN e pelo IPHAE no Centro Histórico de Rio Grande.

ELEMENTOS FÍSICOS HISTÓRICOS



A seguir, as fotos¹² (figura 3 à figura 8) dos principais¹³ prédios históricos descritos pelos entrevistados, assim, possibilitando ao leitor uma compreensão sobre os lugares citados. Elas foram dispostas conforme a porcentagem discriminada no gráfico, do maior ao menor valor.

¹² As fotos anexadas no trabalho pertencem ao acervo pessoal do autor.

¹³ Entende-se principais prédios dentro do critério de preferência da maioria dos entrevistados, porém, é de igual valor os 32%, citados como “demais”, entre eles: Hospital Santa Casa, Museu Oceanográfico, Câmara do Comércio, Clube Caixeral, Cais do Porto, prédio do INPS e Hotel Paris.



Figura 3. Alfândega
Acervo pessoal do autor



Figura 4. Prefeitura Municipal do Rio Grande
Acervo pessoal do autor



Figura 5. Biblioteca Rio-grandense
Acervo pessoal do autor



Figura 6. Mercado Público
Acervo pessoal do autor



Figura 7. Casa dos Azulejos
Acervo pessoal do autor



Figura 8. Catedral de São Pedro
Acervo pessoal do autor

Conforme podemos observar os dados da tabela 9 (apêndice I), os seis prédios mais citados pelos respondentes foram: Alfandega (14%), Prefeitura (13%), Biblioteca Rio-Grandense (12%), Mercado Público (12%), Casa dos Azulejos (10%) e Catedral de São Pedro (7%), dispostos na figura 9. Como esperávamos, a maioria dos citados encontram-se na área delimitada pelo entorno do Porto Velho, (anexo IV) sugerido pelos órgãos responsáveis. Dos seis prédios mais citados, quatro encontram-se na lista de bens tombados do IPHAN e IPHAE (anexo I).

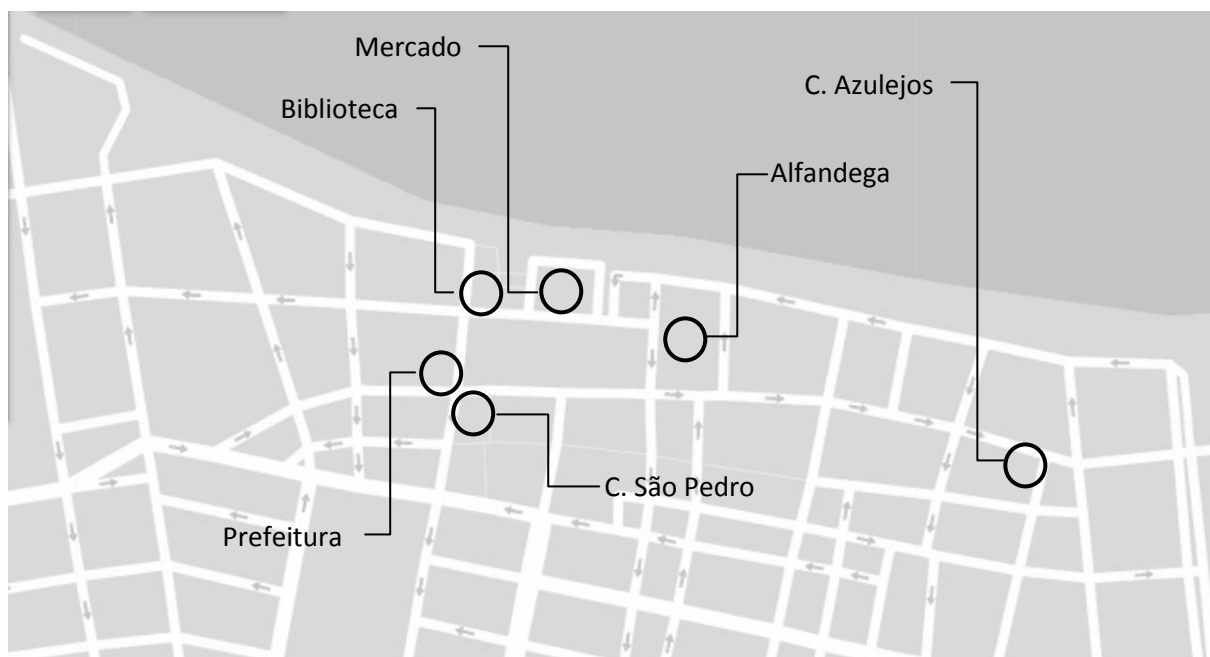


Figura 9. Prédios citados
Fonte: Google Maps® (adaptado pelo autor)

Outra nota resultante da observação da questão 16 foi à associação entre a definição de histórico e o nível de identificação pessoal. O questionário de número 12 assinalou o prédio onde trabalha – o qual não possui nenhuma característica convencionalmente histórica - como histórico, conferindo-lhe uma aura de propriedade e de identificação, o reconhecimento daquele lugar ser palco de uma história, a sua.

3) Atitudes e Atributos:

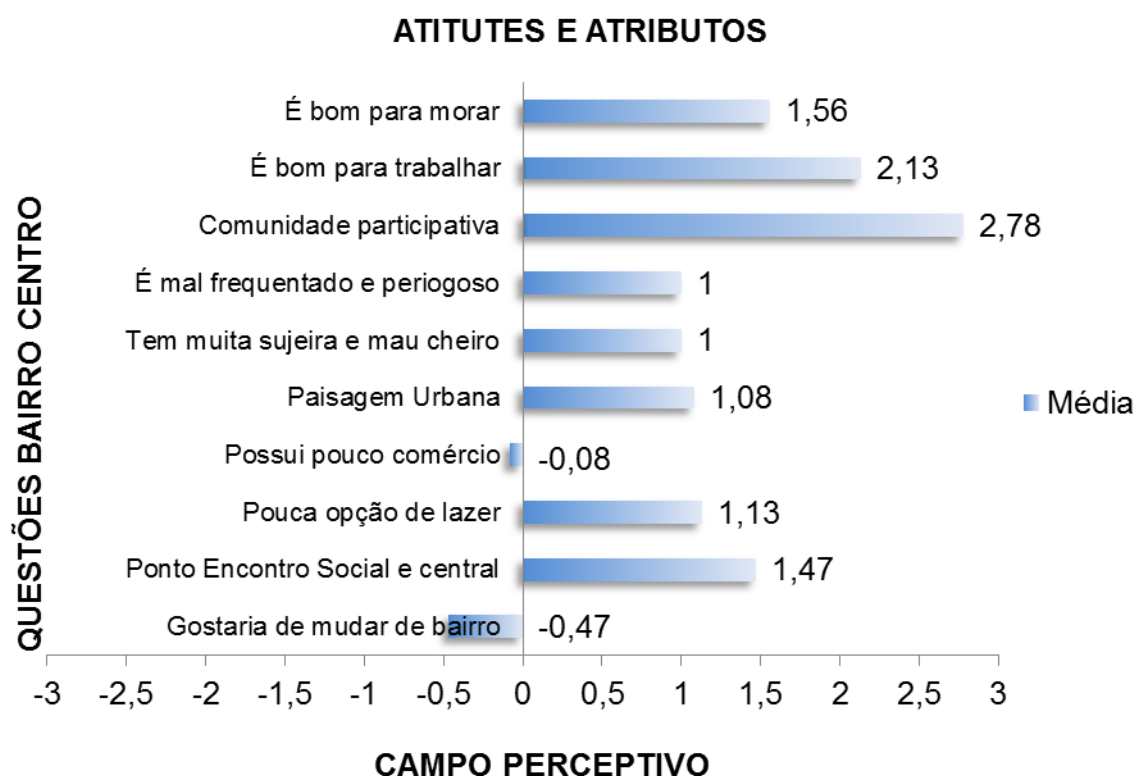
Na terceira parte do questionário buscamos as impressões ambientais. Foram sugeridas afirmativas relacionadas com o ambiente de forma a serem

posteriormente comparadas com as propostas pelo projeto de revitalização. Através destas premissas procuraremos identificar as atitudes e os possíveis julgamentos de atributos.

O respondente submetido às afirmativas deve escolher numa escala de -3 a 3, respectivamente do maior grau de discordância até o maior grau de concordância. Mais uma vez, deixamos claro que não há resposta certa ou errada e a base para a resposta depende exclusivamente da sua própria preferência.

- Bairro Centro (questão 16 – anexo II)

É bom para morar: (atitude) podemos assumir, a partir da positivação, que a soma de atributos negativos que o bairro possa ter não é suficiente diante dos positivos. *Ele é bom para trabalhar:* (atitude) a lógica segue a mesma da afirmativa anterior. *A comunidade deveria participar do planejamento do Centro Histórico de Rio Grande:* (atitude), consideramos como consciência participativa na gestão da memória social local. *É mal frequentado e perigoso:* (percepção) relacionado à sensação de segurança. *Tem muita sujeira e mau cheiro:* (percepção) relacionada à manutenção da área. *É agradável com casas e paisagens bonitas:* (percepção) relacionada à percepção estética do local. *Possui pouco comércio, Pouca opção de lazer:* e *Precisa de um ponto de encontro social central:* (percepção), relacionadas à identificação de serviços que o bairro oferece. *Gostaria de mudar de bairro:* (atitude) segue a mesma lógica da primeira afirmativa, porém, sua positivação implica no campo perceptivo negativo.

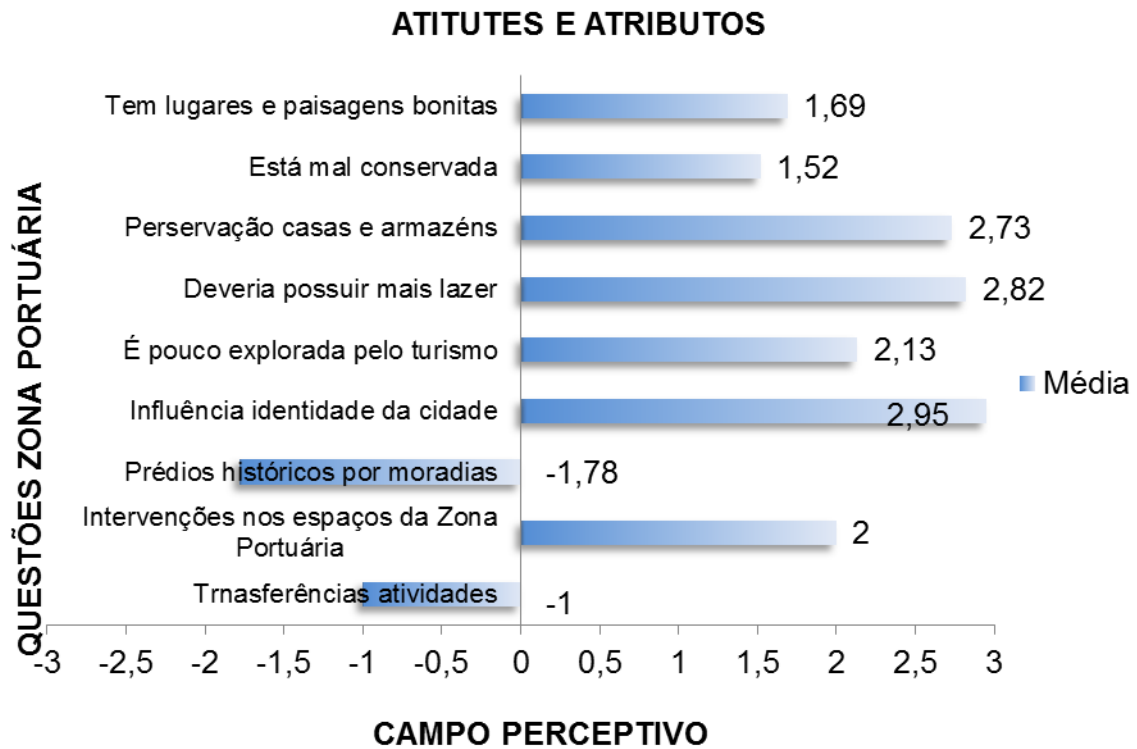


Conforme evidenciamos as respostas contidas na tabela 1 (apêndice I), existe quase uma unanimidade referente à participação da comunidade em eventos ligados ao patrimônio e um reconhecimento positivo da paisagem urbana. A maioria dos respondentes considerou o Centro sujo e perigoso, com poucas opções de lazer e de convívio social, porém, não consideram a possibilidade de mudar de bairro (trabalho, estudo, compras e passeio).

- Porto Velho (questão 17 – anexo II)

Tem lugares e paisagens bonitas: (percepção) relacionada à percepção estética. *Está mal conservada:* (percepção) relacionada à manutenção da área. *As casas e armazéns devem ser conservados:* (atitude) referente aceitação de uma possível intervenção na condição das edificações. *Deveria possuir mais lazer e É pouco explorada pelo turismo:* (percepção) referente aos serviços que poderiam ser aplicados a área. *A área portuária possui grande influência na identidade que representa a cidade do Rio Grande:* (percepção) consideramos como reconhecimento da importância das edificações para a história local. *Os prédios considerados históricos deveriam dar lugar a moradias:* (atitude): atribuição de novos usos aos prédios históricos. *A comunidade deve ser diretamente consultada em*

intervenções nos espaços e edificações da zona portuária: (atitude), consideramos como consciência participativa na gestão da memória social local. *As atividades portuárias deveriam ser transferidas para outro lugar:* (atitude) elegemos esta afirmativa como representante do “congelamento” do centro histórico.



Conforme podemos observar, com relação a zona portuária (Porto Velho), os respondentes concordam, na maioria, com a preservação das edificações dada a representatividade que elas possuem diante da identidade local, a área é considerada bonita, porém, mal conservada. Concordam ainda que não é explorada em sua totalidade propiciando pouco lazer e turismo. Não concordam com a possibilidade de remanejo das atividades portuárias para outro lugar, demonstrando uma consciência de manutenção de funções associadas a área. Porém, numa cidade que sofre com o aumento populacional acelerado, rejeitam a possibilidade de transformar os prédios históricos (na maioria abandonados e vazios) em locais de moradia.

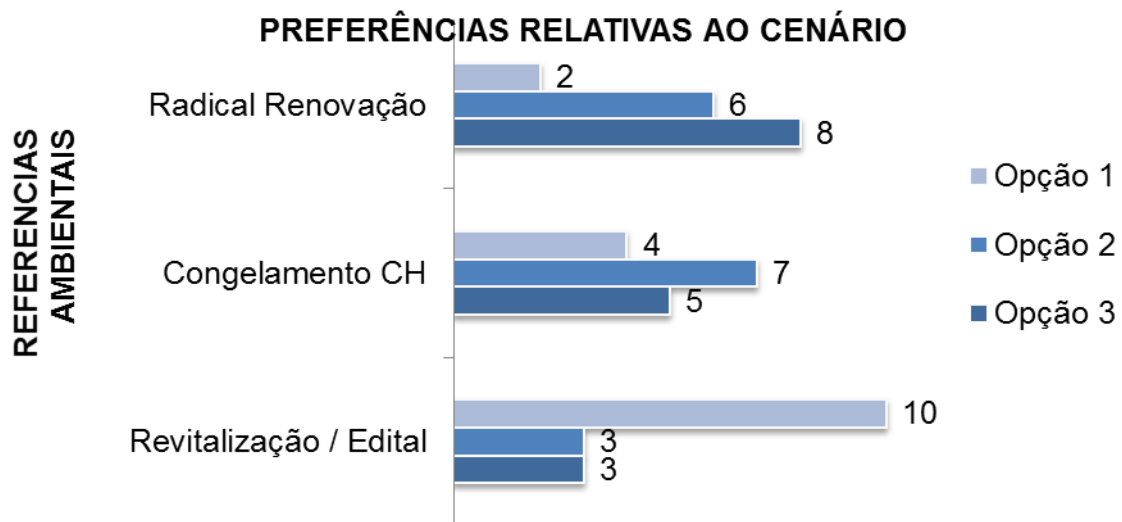
4) Preferência e Expectativa:

Como mencionado anteriormente, na quarta parte do questionário procuramos evidenciar as expectativas dos respondentes frente a possíveis intervenções. Para fins de entendimento dividimos a análise em duas partes, na primeira, compararemos as três possibilidades e, na segunda, interpretaremos os resultados individualmente, dentro de cada modelo de intervenção. Cabe ressaltar que os entrevistados não foram alertados sobre um projeto de revitalização em andamento na área e que cinco (5) questionários não foram preenchidos ou tiveram seus dados ilegíveis, portanto a base dos cálculos foram a partir de dezesseis (16) questionários respondidos.

Os três modelos são respectivamente:

- 1 a renovação
- 2 o congelamento
- 3 a revitalização

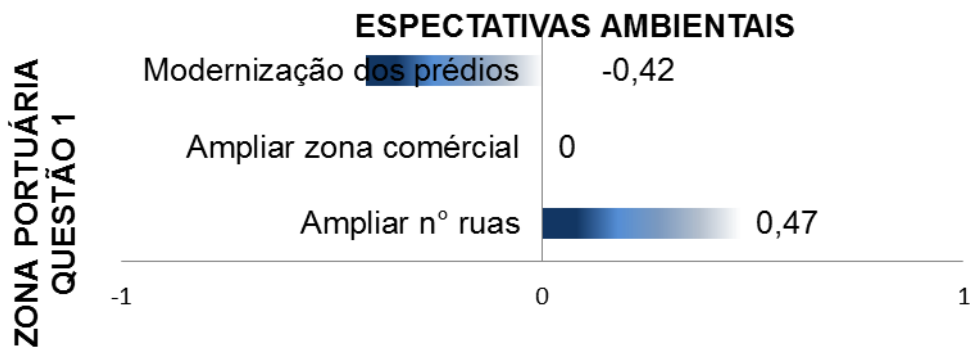
Conforme a tabela 3 (apêndice I) evidenciamos uma maior aceitação da revitalização, a qual aparece em 43,47% das vezes em primeira opção, sendo seguida pelo congelamento (17,39%) e a radical renovação (8,69%). Como segunda opção a mais constante foi o congelamento com 30,43%, seguido pela renovação (26,08%) e a revitalização (13,04%). A que apareceu mais como terceira opção foi a renovação com 34,78% das vezes, seguida pelo congelamento (21,76%) e a revitalização (13,04%).



Portanto, fica clara uma predileção dos respondentes ao modelo Revitalização Urbana e em contrapartida a rejeição acerca uma renovação radical, demonstrando uma forte identificação com a materialidade do Centro Histórico. Partindo das características individuais de cada modelo também é comprovável a aceitação da revitalização.

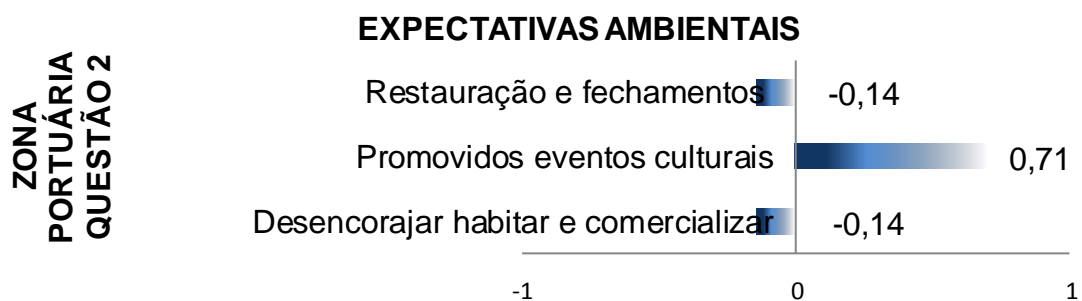
- Renovação

Edifícios velhos e sem uso dariam lugar a prédios modernos com escritórios e lojas: opção negativada pelos respondentes. *Ampliar a zona comercial e desencorajaria a construção de moradias na área:* esta afirmação manteve-se zerada, denotando a indiferença frente ao destino do comércio e das moradias no Centro Histórico. *Ampliar o número de rua de forma a escoar melhor o trânsito:* esta foi a única afirmativa positivada neste modelo, acreditamos que tenha sido em reflexo a dificuldade de deslocamento apontada nos problemas de infraestrutura anteriormente, porém, acreditamos que os respondentes não tenham levado em conta os reflexos sobre as edificações na abertura de novas ruas.



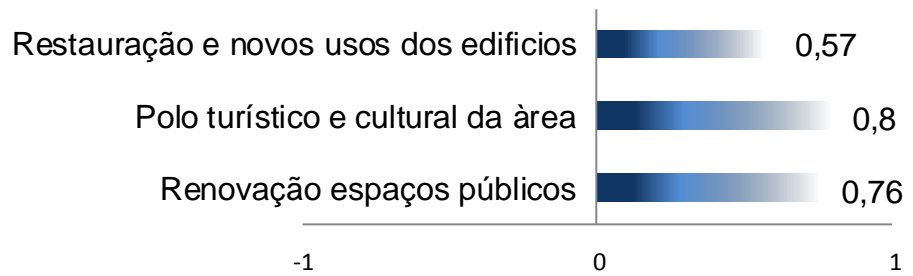
- Congelamento

Edifícios velhos e sem uso seriam restaurados e fechados mantendo sua estrutura arquitetônica e Seria desencorajado o uso da área para habitação e comércio: foram igualmente negativados assumindo uma média de -0,14. Porém, a promoção de eventos culturais foi bem aceita, acreditamos que em reflexo a falta de atividades de interação social relatada anteriormente.



- Revitalização

Edifícios velhos e sem uso seriam restaurados e atribuídos novos usos; A área seria utilizada como polo turístico e cultural da cidade, bem como seria promovida uma maior interação social e Seriam renovados espaços públicos, porém sem comprometer as estruturas e a visibilidade do Centro Histórico: Este modelo teve suas três premissas positivadas, enfatizando a escolha anterior.

ESPECTATIVAS AMBIENTAIS

Concluimos este capítulo fazendo algumas considerações, tomando como base a metodologia proposta no início deste capítulo. Podemos afirmar que os respondentes como representantes da população riograndina tem plena consciência dos objetivos propostos por cada modelo aqui expostos para intervenção dos centros históricos, bem como, identificam com facilidade os problemas presentes no município e quais as possíveis soluções. Foi identificado uma forte percepção referente a importância da identidade para a constituição do indivíduo, fazendo com que abram mão de possíveis soluções dos problemas da cidade em prol da manutenção dela.

3.2 Projeto de Revitalização Urbana (fontes indiretas)

Vemo-nos diante de um novo período de crescimento do município, Rio Grande começa a atrair investimentos novamente na área portuária, tendo como destaque a ampliação do parque industrial e a construção naval. Como resultante, assim como em 1900, Rio Grande sofre com um rápido crescimento populacional, onde trabalhadores, oriundos, na sua maioria, das regiões nordeste e sudeste, buscam as propagandeadas vagas de empregos do setor portuário, resultando nos inúmeros problemas de infraestrutura que atestamos durante a análise dos resultados obtidos na entrevista.

O rápido crescimento expõe a cidade aos típicos riscos que os processos de urbanização acelerada baseados em fluxos migratórios envolvem, como favelização, desemprego elevado e perda da identidade cultural local (GORGULHO, 2011, p.384). Entre os problemas, destacam-se: falta de hospitais, trânsito, especulação imobiliária, preservação do patrimônio histórico e cultural da cidade. Dentre os citados cabe a nós uma maior atenção ao último.

A cidade, do ponto de vista sociológico, em conjunto com seus habitantes, manifesta-se como produtora de estímulos de pensamento, memórias divididas, compartilhadas e – às vezes – impostas, que tomam corpo na forma de uma identidade “consensual” local. O mecanismo da construção da identidade do cidadão depende exclusivamente do conhecimento e na apropriação dos elementos que o define como pertencente a aquele grupo, neste caso os riograndinos.

Ao falarmos de identidade, não podemos fazê-lo sem associá-la a memória, pois “não pode haver identidade sem memória” (CANDAU, 2009, p. 46). Ambas as definições estão intimamente ligadas, ao ponto de uma não existir sem a outra, neste sentido o médico Ivan Izquierdo corrobora definindo memória de forma ampla, porém bastante ilustrativa.

Memória são as ruínas de Roma e as ruínas de nosso passado; memória tem o sistema imunológico, uma mola e um computador. Memória é nosso senso histórico e nosso senso de identidade pessoal (sou quem sou porque me lembro quem sou). Há algo em comum entre todas essas memórias: a conservação do passado através de imagens ou representações que podem ser evocadas. (IZQUIERDO, 2002, p.89)

Diante desta exemplificação fica claro o retorno da informação ou representação, conforme sugere o questionário de número 19 onde o respondente na questão: *Qual a primeira coisa que vem à cabeça quando pensa... na área do Porto Velho de Rio Grande*, respondeu: “lembranças da infância, do cais”, fazendo alusão a um período anterior, uma sensação positiva, uma representação evocada que confere ao espaço o atributo de lugar e de apropriação. Cabe ainda ressaltar que, conforme Izquierdo (2002), a informação da origem baseia-se em representações, ou seja, durante o retorno ocorre a “(...) reconstrução do passado com a ajuda de dados emprestados do presente, e, além disso, preparada por outras reconstruções feitas em épocas anteriores e de onde a imagem de outrora se manifestou já bem alterada” (HALBWACHS, 2004, p. 75-6).

As ruínas de Roma, como sugere o exemplo, não são as mesmas e tão pouco podem ser dignas de representar seu período de origem – as dinâmicas sociais, econômicas ou políticas -, mas, inegavelmente assume com maestria sua função de monumento. Ou seja, funciona como uma “âncora” dando-nos a certeza de que *realmente* existiu e não foi apenas um conto. As definições de monumento, definidas anteriormente, assumem um caráter genérico de compará-los a mecanismos que auxiliam a reconstrução de um passado e na evocação de uma memória que muitas vezes não é nossa.

Maurice Halbwachs (2004) denomina esta evocação como memória coletiva, uma definição cunhada nos moldes positivistas e com um forte apelo durkheimiano onde desconsidera a existência de uma memória individual sem que haja a evocação de elementos da memória coletiva; e uma memória coletiva que não tenha pontos coesivos entre as memórias dos indivíduos que ela represente. Segundo Halbwachs (1976), a memória individual depende exclusivamente do convívio, nós não produzimos memória sozinhos, e quando *desligados* de um determinado grupo, estas memórias degradam e somem. Paul Ricœur (2007, p.130) analisando de forma crítica a obra de Halbwachs profere:

o texto diz fundamentalmente isto: para se lembrar, precisa-se dos outros” e completa “é preciso dizer primeiro que é a partir de uma análise sutil de pertencer a um grupo (...) que a memória individual toma posse de si mesma.

Neste sentido, podemos dizer que a cidade, dotada de suas inúmeras representações forjada a partir da memória local e coletiva acaba por adquirir uma identidade própria, representante do contexto que seus habitantes – ou parte deles – desejassem. Nesse sentido, tratamos a cidade, enquanto espaço não como paisagem, conforme elucida Milton Santos (2006, p.71): “o espaço é a síntese, sempre provisória, entre conteúdo social e as formas sociais”, pois entendemos a cidade como fruto do somatório das ações sociais empregadas na matéria.

Uma casa vazia ou um terreno baldio, um lago, uma floresta, uma montanha não participam do processo dialético senão porque lhes são atribuídos determinados valores, ou seja, quando são transformados em espaço. O simples fato de existirem como formas, isto é, como paisagem, não basta. A forma já utilizada é coisa diferente, pois seu conteúdo é social. Ela se torna espaço porque forma-conteúdo. (SANTOS, 2006, p. 71)

O espaço, Rio Grande, não é um meio onde está os objetos que geram ações, ele próprio, é o somatório destas ações. Tendo em vista a ação da memória na construção da identidade local, torna-se claro a associação entre a migração massiva e a o baixo interesse relacionado a questões da identidade cultural local.

O movimento migratório age diretamente sobre questões existenciais, ao deixar seu local de origem, o indivíduo distancia-se de elementos formadores de sua identidade, de sua personalidade, gerando um sentimento de insegurança (CASEY, 1993). Este é contornado através da identificação do indivíduo com o novo lugar, porém, a ocorrência desta identificação nem sempre acontece. O migrante não identificado recorre então a mecanismos que supram esta deficiência: a personalização do lar com elementos que remetem a sua origem; afirmação de elementos culturais, como sotaques, gírias e hábitos; a instituição de redes sociais de migrantes de mesma formação cultural (BAUMAN, 2001). Ou em última instância, na perspectiva de Marc Augé (2012), recorrem aos não-lugares em busca da padronização do comportamento social destes locais.

Na cidade de Rio Grande, a falta de políticas massivas de acolhimento do migrante, do incentivo ao turismo e da educação patrimonial local – salvo os esforços de pequenos grupos -, acarreta numa relação multicultural inexistente, distanciando a possibilidade de uma integração e do reconhecimento da história da

cidade. Conforme podemos exemplificar através do resultado do questionário aplicado anteriormente nenhum respondente era turista. Neste sentido, o migrante, em sua maioria, recua a uma posição defensiva, relacionando-se entre seus pares, assim, configura uma não-identificação com elementos formadores da cultura riograndina. Porém, graças a uma nova perspectiva de preservação do patrimônio cultural, vemos o município do Rio Grande investindo em projetos como: o Concurso Público no Programa de Revitalização das Áreas Portuárias – REVAP – do Ministério dos Transportes, o qual contemplou o projeto da empresa Macadar, Pernau & Proto Arquitetura¹⁴, Urbanismo e Consultoria.

Este projeto, inserido no atual contexto de Rio Grande, representa não apenas políticas de salvaguarda patrimonial como principalmente um amadurecimento, dos órgãos responsáveis e principalmente da população riograndina, frente à importância da preservação da identidade local representada pelos centros históricos, temática que se insere no contexto internacional impelida pelas modificações conceituais do momento, conforme os três eixos destacados por Carrion (2001, p.29):

- “El creciente deterioro que sufren las áreas históricas de las ciudades latinoamericanas como consecuencia de situaciones sociales, económicas y naturales, así como de los procesos de modernización que se desarrollan en cada uno de los países y ciudades de la región.”
- “La formación de una conciencia que promueve el desarrollo y la conservación de los centros histórico-culturales de nuestras ciudades modifica la agenda urbana.”
- “Las nuevas tendencias de la urbanización en América Latina -entre las que debe mencionarse el regreso a la ciudad construida imprimen un nuevo peso a la centralidad urbana.”

Revitalização do Porto Velho do Rio Grande

O Concurso Público de Arquitetura para o PORTO VELHO do Porto do Rio Grande, responsável por eleger a melhor proposta de revitalização para esta área, fundamentado no Programa de Revitalização de Áreas Portuárias – REVAP – do Ministério dos Transportes e com interveniência da Superintendência do Porto do Rio Grande, compreende as produções de: um Plano Diretor Urbanístico da Área de Cais que se estende da Rua Barroso (à direita no figura 10) até o prédio do IBAMA (à esquerda no figura 10); um projeto de arquitetura dos cinco Armazéns do Porto

¹⁴ Hoje o projeto está aos cuidados de Raul Macadar apenas.

Velho; o Tratamento Paisagístico, de Elementos de microarquitetura e de Comunicação Visual; e o desenvolvimento de um Projeto executivo de Arquitetura do Armazém destinado ao Acervo Histórico do Porto do Rio Grande –Museu.

Conforme a terminologia aplicada em sua nomenclatura, revitalização, predizemos conforme a Carta de Lisboa¹⁵ (1995), que o projeto “engloba operações destinadas a relançar a vida económica e social de uma parte da cidade em decadência. Esta noção, próxima da reabilitação urbana, aplica-se a todas as zonas da cidade sem ou com identidade e características marcadas”. Porém, no caso de Rio Grande podemos afirmar que o emprego de uma intervenção urbana está diretamente associada à identidade e a características locais.

As inúmeras terminologias de intervenções urbanas, dadas suas proximidades, tornam-se quase indistinguíveis, quando não, atribuídas erroneamente. Baseamo-nos na Carta de Lisboa e assumimos as intersecções entre estas definições. Portanto, quando nos referimos à revitalização buscamos o sentido mais generalista do termo.

Conforme a proposta do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, através do edital do concurso público do referido projeto, podemos dizer que, embora circunde o âmbito material, a intervenção acaba, paralelamente, valorizando as potencialidades sociais, econômicas e funcionais, melhorando a qualidade de vida das populações residentes e frequentadora. Conforme o Engenheiro Newton Quintas¹⁶, a responsabilidade direta do projeto refere-se à revitalização do Porto Velho, porém, ocorre uma *reação em cadeia* que acaba interferindo e beneficiando o entorno.

Neste sentido, o entorno é entendido como a união das áreas que circundam os bens tombados pelo IPHAN e pelo IPHAE (anexo I), ou seja, que merece uma maior atenção pelos urbanistas. Conforme a documentação referente a delimitação e disciplinamento do entorno dos bens culturais, considera-se “dever do Poder

¹⁵ Carta de Lisboa sobre a reabilitação urbana integrada (1995): foi firmada em duas reuniões, a primeira sediada na cidade de Lisboa e a segunda na cidade do Rio de Janeiro, foi inspirada pela urgência de uma discussão entorno das intervenções urbanas, culminando na definição de alguns conceitos referentes a esta temática, dentre eles, renovação urbana, reabilitação urbana, revitalização urbana e requalificação urbana.

¹⁶ Newton Quintas: membro da Comissão Deliberativa, representante da Assessoria Técnica da Superintendência do Porto do Rio Grande.

Público zelar pela integridade dos referidos monumentos, bem como pela sua visibilidade e ambiência”, fixando “normas para que as novas construções não perturbem a moldura de que se revestem os mencionados bens culturais” (aspectos legais p.2), dentre as citadas normas, não poderão ser construídos prédios com mais de 8 metros de altura e nas praças Dr. Pio e Xavier Ferreira bem como a extensão do cais não serão permitidas novas edificações. As construções e reconstruções, totais ou parciais, das demais áreas deverão ser aprovadas pela 12ª Coordenação Regional do IPHAN.

Baseado nos estudos técnicos para fixação da área de entorno destes bens, temos como resultado a delimitação compreendida pela figura 10 (Porto Velho e entorno) e as posições das edificações que nortearam esta delimitação: a Capela de São Francisco e a Catedral de São Pedro (7); o prédio da Alfandega (6); Antigo Quartel General 6º GAC (1); Casa dos Azulejos (2); Hotel Paris (4); e a Prefeitura Municipal (5).

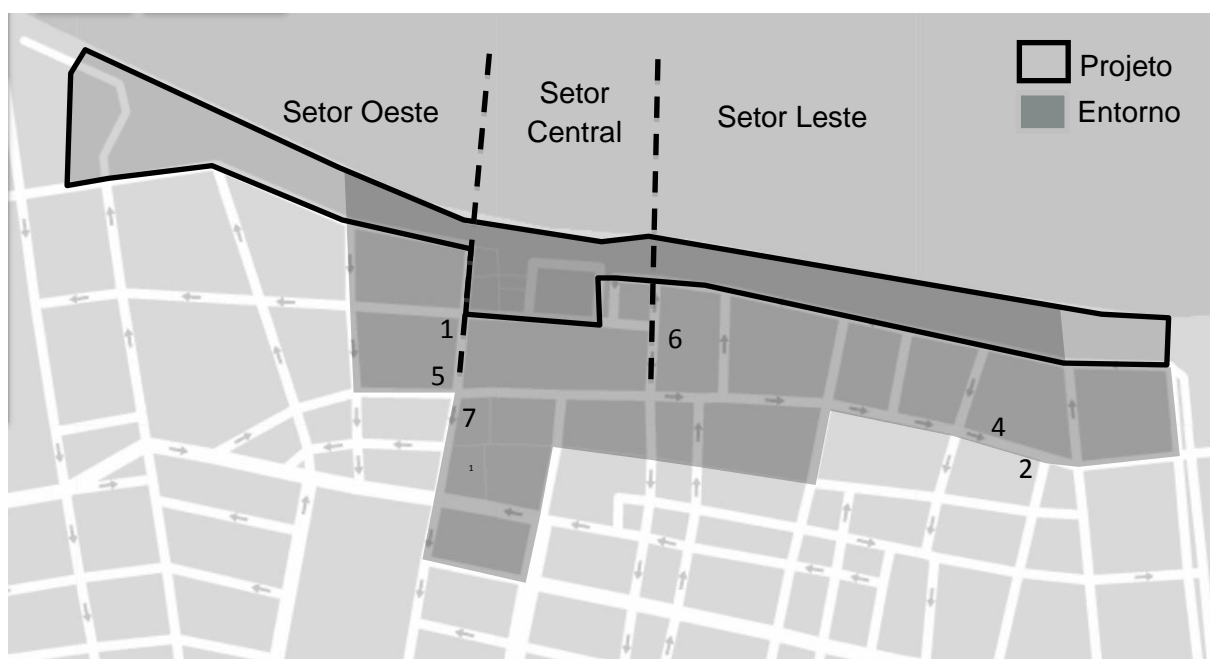


Figura 10. Porto Velho e entorno
Fonte: Google Maps® (adaptado pelo autor)

A densa fiscalização mantida pelo IPHAN para a manutenção da visualidade e da ambiência dos prédios tombados, muitas vezes, delimita a criatividade e aplicabilidade dos projetos.

Embora contemplado como primeira no concurso, a Macadar Arquitetura, teve que se adaptar as intervenções do IPHAN, tendo parte de seu projeto reestruturado. O projeto inicial (anexo III) previa o deslocamento da Estação Hidroviária de Rio Grande, que hoje se encontra no setor central, para o largo na extremidade da Rua Almirante Barroso (rua que tangencia o porto, a direita na figura 10) com a linha do cais, sendo que ao redor das docas (setor central) seria construída uma ponte que serviria de acesso a uma marina. Porém, conforme o Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937 em seu artigo 18 determina-se que “sem prévia autorização do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, não se poderá na vizinhança da coisa tombada, fazer construções que lhe impeça ou reduza a visibilidade...”. Portanto, a construção acabaria por interferir na visualidade do centro histórico de quem chega à cidade no sentido água-terra, descaracterizando a área entendida como setor central do projeto de revitalização.

O projeto foi corrigido, porém, conforme o pressuposto básico 5.1.10 (edital p.7) deve-se “Considerar no Plano Diretor do Porto Velho, novo local para o Terminal Hidroviário e a desobstrução da Rua Riachuelo, criando uma solução que preserve a ambiência da área de cais com o conjunto de prédios da Alfândega Mercado Público, Banca do Peixe e Doca do Mercado”, o Terminal Hidroviário não retornou para a área central.

Podemos, a partir destas observações, considerar que a “construção visual” que se pretende, intencionalmente privilegia prédios que permeiam o imaginário coletivo como representantes de uma história local ou possuidores de uma arquitetura diferenciada, o que não seria o caso do Terminal Hidroviário (Figura 11), tido como um obstáculo a esta visualidade.



Figura 11. Terminal Hidroviário Rio Grande
 Fonte: Levantamento Fotográfico – Revitalização do Porto Velho

Cabe neste momento, portanto, ressaltar o apelo histórico da área e dos prédios, constantemente evocados como forma de justificar da intervenção urbana, sendo destinada a eles uma pequena investigação histórica dividida em três partes temáticas, partindo da cidade, passando pela importância do Porto Velho para o desenvolvimento urbano e terminando na Rua Riachuelo. Neste momento tomamos conhecimento dos principais aspectos positivos da Cidade do Rio Grande e seu respectivo valor histórico, conforme segue,

a cidade do Rio Grande, proporciona a todos os gaúchos, o culto ao passado, suas origens, onde seus fundadores, vencendo os ventos e os mares, deram início ao Estado, assegurando a esta, o nome de Cidade Histórica-Patrimônio do Rio Grande do Sul (investigação histórica, 1997, p.3)

Nesta afirmação fica clara a base sugerida para o Plano Diretor do Porto Velho, onde eleva a esfera do simbólico e a identidade do lugar a um grau de importância motivadora para a execução da intervenção, conforme podemos evidenciar na justificativa do projeto,

A descrição viva da história de um povo, dá-se através de seu patrimônio edificado, pois, faz-se necessário que o homem se reconheça na cidade onde vive (...) a área do Porto Velho, está inserida na área definida como 'CENTRO HISTÓRICO' da cidade do Rio Grande por reunirem-se, neste espaço, valores históricos, urbanísticos, arquitetônicos, simbólicos, afetivos e sociais que são o registro vivo de nossa cultura. (edital, 1997p.4)

Esta importância atribuída ao centro histórico de Rio Grande, assim como em outros projetos de mesmo porte, configura duas características comuns manifestadas nos chamados “centros históricos” e expostas por Carrion:

a noción de centro histórico está impregnada de una reconstrucción idílica del pasado, a través de dos manifestaciones: la una, en términos de una remembranza al estilo de que 'todo tiempo pasado fue mejor' y la otra, bajo la modalidad de memoria cultural o de testimonio de un pasado que debe proteger-se. CARRION (2001, p.49)

Como podemos perceber, temos uma tendência a elencar as manifestações do passado a partir de sua raridade e/ou positividade, e a partir destas elegemos qual, entre os passados, devemos salvaguardar. O outro lado deste processo é o esquecimento e a exclusão tanto simbólica quanto material. Quando atribuído ou identificado um valor (simbólico, histórico, afetivo, enfim) ao lugar e atestada uma fragilidade de sua conservação, são instituídas as intervenções urbanas com a intenção de evitar a perda destes elementos. Porém, muitas vezes estes projetos acabam selando o futuro dos centros, congelando-os ou extinguindo-os caso não haja uma (re) apropriação genuína por parte dos usuários, torna-se este um dos principais desafios na implementação de tais projetos.

A percepção ambiental dos usuários sobre a área torna-se inquestionavelmente importante para a efetividade da revitalização. Visando esta proximidade o Projeto de Revitalização do Porto Velho inicia a enumeração de suas diretrizes partindo do “**retorno** do cais ao convívio da cidade, criando um novo ponto de encontro da população junto à Lagoa dos Patos” e segue, a “conversão do Porto, com **novos usos**, deverá contribuir para a retomada do Centro Histórico da Cidade do Rio Grande” (EDITAL, 1997, p.6), denotando a intencionalidade de adaptar a área a realidade urbana da cidade de hoje, levando em conta a área de cais e sua atividade como perfil da cidade, “emoldurando a paisagem urbana e consolidando-se, ao longo do tempo, como marca de sua identidade” (EDITAL, 1997, p.6).

Outro aspecto, igualmente trabalhado pela revitalização, refere-se a sustentabilidade da área. Palavra de ordem em projetos urbanos é tida por inúmeros urbanistas como principal diferencial na efetiva manutenção da área depois de encerradas as intervenções. Neste sentido, o seguinte projeto prevê a assimilação da área pela iniciativa privada, onde deverá, “através das formas legais, com o arrendamento das áreas e instalações portuárias revitalizáveis, investir na execução de obras e serviços e explorar comercialmente bens e serviços de seu interesse” (edital p.7), estão previstas as instalações que privilegiem as áreas do turismo, da pesca, do comércio¹⁷, da gastronomia, lazer e cultura, sempre viabilizando a imersão do local e do turista na atmosfera histórico cultural da cidade e associando a exploração a responsabilidade da manutenção do Porto.

Levantamento Fotográfico

A última análise que nos predispomos a executar diz respeito ao levantamento fotográfico. Assim como no decorrer deste capítulo expusemos elementos constantes no texto, referentes aos objetivos e justificativas do Projeto, com o intuito de traçar um perfil da percepção ambiental por parte do poder público. Acreditamos que o levantamento fotográfico, produzido e anexado como base para o referido concurso, contribua com a visualização das prioridades de intervenção na área.

O levantamento fotográfico restringe-se a área delimitada para o projeto, ou seja, o segmento que parte do Setor Leste, na Rua Almirante Barroso, até o Setor Oeste, nas mediações do prédio do IBAMA, na Rua Francisco Campelo. No levantamento constam 151 fotografias, onde o observador é levado a trilhar o caminho descrito pelo projeto como “percurso urbano histórico-cultural da Rua Riachuelo” e de “contemplação da Lagoa dos Patos, São Jose do Norte e Ilha dos Marinheiros” e “da Ilha da Pólvora” (EDITAL,1997. p.8).

Para fins de estudo dividimos as fotografias em três séries delimitadas conformes as áreas intituladas, Setor Leste, Setor Central e Setor Oeste, sendo que em cada série enfatizaremos os objetos com maior frequência. Cabe a princípio tecer as primeiras observações frente ao conjunto fotográfico, podemos afirmar que

¹⁷ Destacamos comércio como venda de artesanato, ou produtos industrializados representantes da cultura local, bem como conveniências e artigos turísticos.

existe uma predileção pelo Setor Leste e pelo Porto Velho por parte do projeto. Neste setor encontram-se mais de 57% do total de fotografias do conjunto e destas 62% tem como objeto o Porto Velho, como o exemplo a seguir (Figura 12).

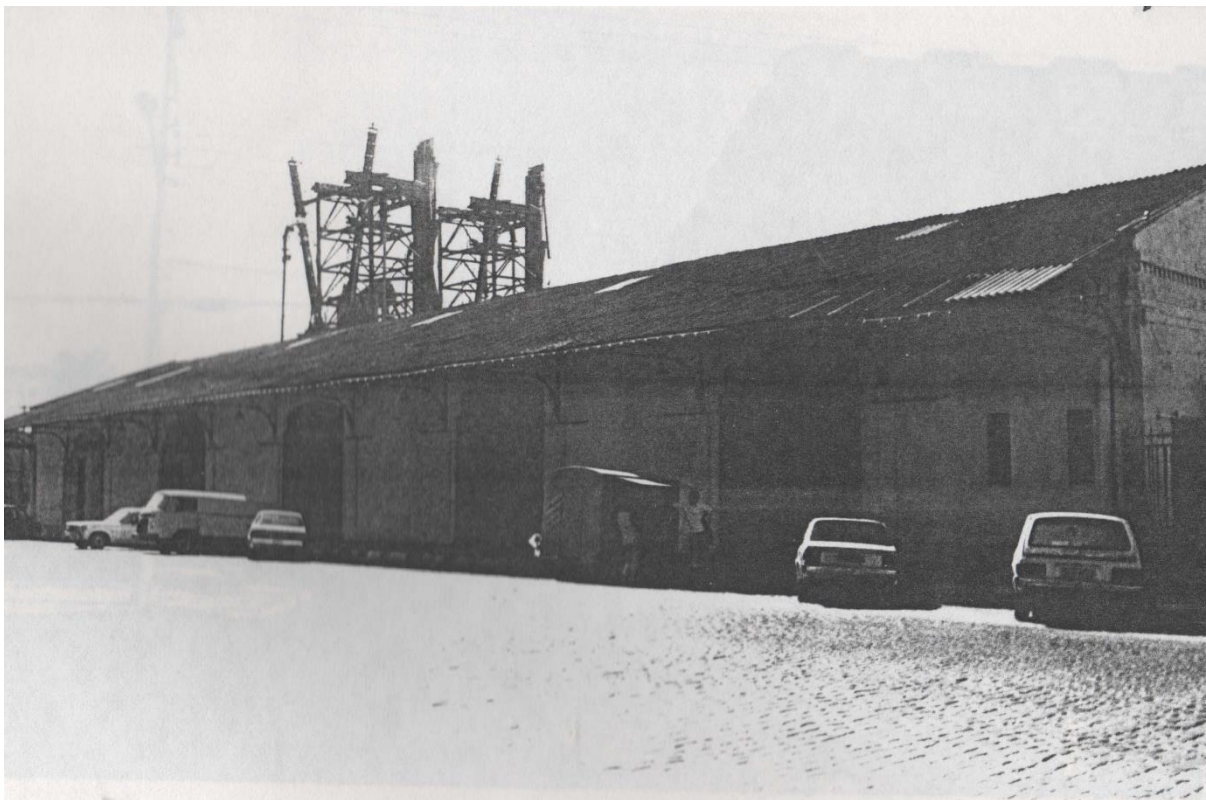


Figura 12. Armazém do Porto Velho do Rio Grande
Fonte: Levantamento Fotográfico – Revitalização do Porto Velho

Esta predileção é facilmente entendida, tendo em vista a forte influência que o Porto teve na origem desta área e, conforme o projeto, será o local que receberá maior atenção, através da aplicação de novos usos beneficiando, principalmente, as áreas de turismo e cultura. Outro objeto do Setor Leste que recebe atenção é a Rua Barroso e seu Largo, que se encontra no vértice da união com a Rua Riachuelo, região eleita para edificar o novo Terminal Hidroviário de Rio Grande.

Podemos verificar na Figura 13, uma enorme área no término da linha de armazéns do Porto Velho, algumas pessoas e alguns veículos aguardando a balsa. Está previsto, após o termino da revitalização, um estudo detalhado sobre esta área e sobre a Praça do Mercado, visando contemplar os critérios de ambiência propostos pelo IPHAN.



Figura 13. Rua Barroso e Rua Riachuelo
Fonte: Levantamento Fotográfico – Revitalização do Porto Velho

Observamos que o levantamento fotográfico não se restringe apenas a elencar as principais edificações ou o que deve ser preservado, e sim, aponta problemas como as descaracterizações das edificações e os abandonos das áreas.

Parte da primeira etapa do levantamento fotográfico expõe a Rua Riachuelo, alternando entre vistas parciais do Porto Velho, os sobrados, elementos de microarquitetura e mobiliário urbano. Neste momento o levantamento expõe de forma pontual a descaracterização de alguns prédios, conforme veremos a seguir na Figura 14. Conforme vimos, com o deslocamento das principais atividades do Porto para a Avenida Honório Bicalho, os sobrados, que antes viviam do comércio de importação e exportação que era alimentado pelo Porto acabou extinguindo ou igualmente migrando para outras áreas, com isso, os prédios se adaptaram a outros fins e consequentemente ocorreram reflexos em suas estruturas.

Hoje, entre suas funções, predominam as oficinas, garagens e algumas casas noturnas, dado o distanciamento que adquiriu de uma zona residencial.



Figura 14. Sobrado da Rua Riachuelo
 Fonte: Levantamento Fotográfico – Revitalização do Porto Velho

Como podemos observar na Figura 14, fica clara a descaracterização. No primeiro piso duas portas de garagens foram abertas cortando janelas e alterando a harmonia da fachada, no segundo piso as quatro janelas da direita foram fechadas e as três da esquerda foram substituídas sem levar em conta o conjunto. Esta imagem foi escolhida por exemplificar as descaracterizações dos prédios que o fotógrafo quis expor, porém além desta, outras sete fotografias tiveram o mesmo objetivo apenas no Setor Leste.

Seguindo o percurso, entramos no Setor Central. Embora seja a área com menor delimitação territorial é a mais complexa de estabelecer uma revitalização, possui diversos prédios de importância histórica e arquitetônica, representantes de períodos diferentes, o que torna difícil instituir uma visualidade uniforme.

Dentre estes prédios estão o Terminal Hidroviário, que dará lugar a Praça do Mercado, O Mercado, as Docas do Pescador e a Bibliotheca Rio-Grandense conforme a Figura 15.

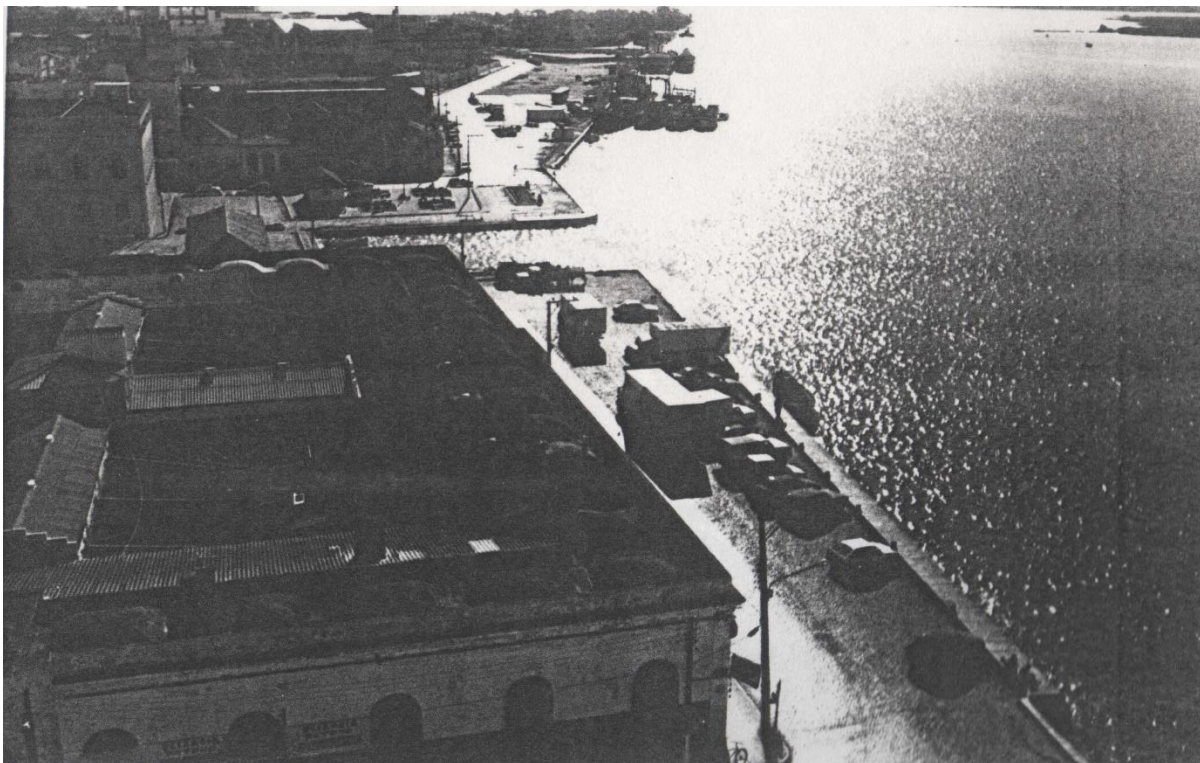


Figura 15. Mercado Público
Fonte: Levantamento Fotográfico – Revitalização do Porto Velho

Na Figura 15 visualizamos em primeiro plano o Mercado, as docas em segundo plano e a Bibliotheca Rio-Grandense a esquerda, ao fundo a Rua Francisco Campelo e o cais denominado popularmente como “Rincão da Cebola”.

Por último, o Setor Oeste, o único que se encontra em fase de conclusão, tem por delimitação o segmento entre as Ruas General Neto e o prédio do IBAMA, seguindo paralelamente o Rincão da Cebola. Este último setor restringe-se basicamente ao cais, porém, atualmente começa a ser procurado pela indústria hoteleira. O projeto objetiva a construção de um restaurante panorâmico de frente para a Laguna dos Patos que, igualmente aos armazéns do Porto, será arrendado para terceiros, e a estruturação de uma passarela as margens do cais onde o usuário poderá admirar a Ilha da Pólvora e a Laguna.

O cais do “Rincão da Cebola” abriga, ainda, pequenas embarcações pesqueiras, porém, parte destas encontra-se fundeadas sem perspectiva de retornarem as atividades, formando assim um pequeno “cemitério” de barcos pesqueiros conforme visualizamos na Figura 16.



Figura 16. Rincão da Cebola
Fonte: Levantamento Fotográfico – Revitalização do Porto Velho

Podemos, por fim, concluir que construção ambiental implementada pelo poder público está intrinsecamente associada as definições de patrimônio. A inegável evocação do sentido histórico da materialidade do espaço é constante e, conforme dito anteriormente, a seleção do passado que deve ser revitalizado depende do imaginário que a população mantém do ambiente, naturalmente que se procure privilegiar os prédios representantes de um passado melhor que o presente. No caso da Hidroviária nem sua arquitetura, nem sua história, a dignifica a conviver ao lado dos prédios da Alfandega, da Câmara do Comercio ou do Mercado, embora, inúmeras pessoas passem por ali diariamente. Podemos dizer que em nenhum momento ocorre uma efetiva apropriação do espaço por parte dos usuários das lanchas caracterizando o Terminal como um não-lugar.

Outro aspecto observado diz respeito as condições do ambiente. Nenhum projeto de revitalização é instituído em áreas frequentáveis, quando o projeto refere-se ao “retorno do cais ao convívio da cidade”, denota a periferização que a área sofreu no decorrer do tempo. Portanto, temos como resultado a consciência, por parte do projeto, de uma área prejudicada, portadora de inúmeros problemas, porém, dotada de um visível potencial turístico, cultural e econômico.

Considerações Finais

Conforme vimos no decorrer desta pesquisa, um dos pressupostos básicos para a consolidação efetiva de um projeto de revitalização refere-se à apropriação dos espaços pelos usuários. Iniciamos esta pesquisa partindo da hipótese de uma disparidade entre o discurso do projeto e os anseios da população, porém, constatamos que mesmo sendo complexa a leitura das preferências, o projeto apresenta-se eficaz. Identificamos também, através da pesquisa, uma sólida consciência dos entrevistados frente às questões patrimoniais da cidade e, principalmente, no âmbito da sua própria identidade como cidadão riograndino, respondendo, em sua grande maioria, de forma clara e concisa a proposta. Trouxeram a este texto um caráter de apropriação genuína com respostas pessoais e exemplos de pertencimento a espaços e prédios comumente não citados. Evidenciamos também que além destas características individuais de apropriação, há uma intersecção consensual referente aos prédios merecedores de uma intervenção, neste momento inicia-se o diálogo entre o Projeto e o Público.

Não desconsideramos a hipótese de que este consenso seja fruto da imagem construída em torno da alcunha “Cidade Histórica” e a predileção por elementos circundantes ao cais como resposta a uma cidade “Noiva do Mar”. Porém, numa cidade contornada pelas águas e, ainda hoje, dependente economicamente dela, dificilmente encontraremos um cidadão que não se identifique com o Porto e seu entorno. Neste sentido, evidenciamos a eleição da Casa dos Azulejos, da Antiga Alfandega, da Catedral de São Pedro, da Prefeitura, da Biblioteca Rio-Grandense e do Mercado, como principais representantes materiais do passado que todos gostariam de preservar.

A proposta do projeto, dotada de uma visão mais técnica, ao mesmo tempo contribui e se utiliza desta identificação em seus pressupostos básicos. Quando buscamos, **se efetivamente existe uma consonância entre a percepção do poder público e a expectativa da população**, baseando-nos nas conclusões do terceiro capítulo, podemos dizer que sim, existe uma representação do anseio da

população riograndina nas linhas do projeto em estudo. Porém, a efetividade de um projeto de revitalização urbana não depende apenas da empatia dos frequentadores, novos usos devem ser atribuídos aos prédios e aos espaços visando contemplar as soluções de urgências atuais criando novos elos de frequência.

Evitamos tecer conclusões aprofundadas diante dos objetivos e dos reflexos propostos pela revitalização, pois o projeto encontra-se, a luz deste dia, em curso. Entretanto, podemos presumir baseados em outros programas de mesmo porte, que a ação isolada de uma dinamização econômica e a restauração do patrimônio edificado, por melhores que sejam, não contribuirão na retomada do Centro Histórico. O patrimônio urbano representa a dimensão material da memória social da cidade, portanto, está diretamente relacionado à dimensão simbólica. Deste modo, caso não haja a identificação e manutenção do cidadão no espaço não ocorrerá uma efetiva apropriação.

Ao referirmo-nos a um centro histórico autossuficiente, acreditamos que não devemos nos restringir ao setor econômico, a auto sustentação deve estar relacionada a políticas de educação patrimonial, como oficinas, palestras e cursos que difundam a história local, oportunizando ao cidadão a possibilidade de escolher se o *lugar* lhe representa ou não. Além disso, devemos ter consciência que estas políticas também são fruto de construções sociais estimuladas por estudos, metodologias e financiadas por um mercado que enxerga os benefícios de investir nela.

Referencias

AUGÉ, Marc. **Não-lugares**: introdução a uma antropologia da supermodernidade. (trad. Maria L. Pereira). Papirus: Campinas, 2012.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BITTENCOURT, Ezio da Rocha. **Da Rua ao Teatro, os prazeres de uma cidade**: sociabilidades e cultura no Brasil Meridional. 2. ed. Rio Grande: Editora da FURG, 2007.

BRASIL. Constituição 1988. **Constituição da Republica Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Câmara dos Deputados. Sede do Congresso Nacional. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/internet/infdoc/HistoriaPreservacao/Sedes/congresso.htm>>. Acesso em : 13 jun 2012.

CANDAU, Joël. **Bases Antropológicas e expressões mundanas da busca patrimonial**: memória, tradição e identidade. Revista Memória em Rede. Pelotas, v. 1, n. 1, pp. 43-58, dez.2009/mar.2010.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O lugar no/do mundo**. São Paulo: FFLCH, 2007.

CARRION, Fernando. **Centro histórico: relación social, globalización y mitos**. in POSSO, Ana Maria (org) Políticas y gestión para la sostenibilidad del patrimonio urbano. Bogotá. CEJA. 2001.

_____. **El centro histórico como proyecto y objeto de deseo**. Revista eure (Vol. XXXI, Nº 93), pp. 89-100, Santiago de Chile, agosto 2005

CASEY, Edward. **Getting back into place**: toward a renewed understanding of the place-world (studies in continental thought). Indiana: Indiana University Press, 1993.

CHOAY, F. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: Ed. Unesp, 2001.

COMPSTEIN, Rafael. Evolução urbana do Rio Grande. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre (122). 1982.

DEL RIO, Vicente. **Desenho urbano e revitalização na área portuária do Rio de Janeiro**: a contribuição do estudo da percepção ambiental. Tese de Doutorado. FAU-USP, São Paulo, 1991.

FREYRE, Gilberto. **Sobrados e Mucambos**: decadência do Patriarcado Rural e Desenvolvimento do urbano. Rio de Janeiro: José Olympio, 1977.

GIBSON, James. **La Percepcion del Mundo Visual**, Buenos Aires: Infinito, 1974.

GONÇALVES, José Reginaldo. **A retórica da perda**: Os discursos do patrimônio cultural no Brasil. Rio de Janeiro: Editora UFRJ: IPHAN, 1996.

GORGULHO, Luciane. **A preservação do patrimônio cultural como âncora do desenvolvimento econômico**. BNDES Setorial, Rio de Janeiro, n.34, p.351-388, set. 2011.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Ed. Centauro, 2004.

IPHAN – **Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Cartas Patrimoniais. Brasília, IPHAN, 1995.

IZQUIERDO, Ivan. **Memória**. Porto Alegre: Ed: ArtMed, 2002.

LANG, Jon. **Creating Architectura Theory: The Role of the Behavioral Sciences in Environmental Design**. Nova York, 1987.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Tradução: Bernardo Leitão. 5. ed. Campinas; São Paulo: Editora Unicamp, 2003

LEITE, A. F. **O Lugar: Duas Acepções Geográficas**. Anuário do Instituto de Geociências – UFRJ. v. 21, 1998, p.9-20.

LYNCH, Kevin. **A imagem da cidade**. Lisboa, 1960.

_____. **A Theory of Good City Form**. Cambridge MA: M.I.T. Press, 1981.

MARTINS, Solismar Fraga. **Cidade do Rio Grande: industrialização e urbanidade (1873-1990)**. Editora da FURG, 2006.

_____. **O papel da cidade do Rio Grande (RS) na economia Rio-grandense durante a industrialização dispersa (1873/1930)** 2005. Disponível em:

<[HTTP://www.fee.tche.br/sitefee/download/jornadas/2/e6-02.pdf](http://www.fee.tche.br/sitefee/download/jornadas/2/e6-02.pdf)>. Acessado em 24 abr. 2012.

MAUAD, Ana Maria. **Fotografia e história** – possibilidades de análise. In ALVES e CIAVATTA, Alves e Maria. A leitura de imagens na pesquisa social. São Paulo: Cortez, 2004. pp. 19-36.

MENESES, Ulpiano B. de. **Rumo a uma “História Visual”**. In: MARTINS, José de Souza, ECKERT, Cornélia e NOVAES, Sylvia Caiuby (orgs.). O Imaginário e o Poético nas Ciências Sociais. Bauru: EDUSC, 2005.

MONTEIRO, Charles. **Imagens sedutoras da modernidade urbana: reflexões sobre as construções de um novo padrão de visualidade urbana nas revistas ilustradas da década de 1950**. Revista Brasileira de História, São Paulo, v. 2, nº 53, 2007, p. 159-176.

OLIVEIRA, Ana Claudia; CAMARGO, Isaac. **Caderno de Discussão do Centro de Pesquisas Sociossemióticas**. São Paulo: CPS, 2003.

PAULITSCH, Vivian da Silva. **Rheingantz: Uma Vila Operária em Rio Grande**. Rio Grande: Editora da FURG, 2008.

POULOT, Dominique. **Uma história do patrimônio no Ocidente**. São Paulo: Estação Liberdade, 2009.

REMOND, René. **O Século XIX**: Introdução à História de nosso tempo. São Paulo, Cultrix, 1976.

RICŒUR, Paul. **Memória, História e Esquecimento**. Campinas: Ed: Unicamp, 2007.

SAINT-HILAIRE, A. **Viagem ao Rio Grande do Sul**. Belo Horizonte : Itatiaia; São Paulo : EDUSP, 1999.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço**: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. São Paulo: Ed: USP, 2006

TORRES, Luiz Henrique. **Memórias do cais: o Porto Velho do Rio Grande**. Furg. Rio Grande. 2009

_____. **Rio Grande: Imagens que contam a história**. Rio Grande: Ed: SMEC/Rio Grande, 2008.

TORRES, Rodrigo de O.. “...e a modernidade veio a bordo”: **Arqueologia histórica do espaço marítimo oitocentista na cidade do Rio Grande**, Dissertação de Mestrado. Programa de pos-graduação em memória social e patrimônio cultural. UFPel. Pelotas. 2010.

TUAN, Yi-Fu. **Topofilia: Um estudo da Percepção, Atitude e Valores do Meio Ambiente**, São Paulo: Difel, 1980.

_____. **Espaço e lugar: a perspectiva da experiência**; tradução de Livia de Oliveira. São Paulo: DIFEL, 1983.

UNESCO. **Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural**. 1972.

Anexos

ANEXO I

Relação de Bens Tombados na área do Porto Velho da Cidade do Rio Grande e Entorno:

Esfera Estadual (fonte: IPHAE 2013)

1. Antigo Quartel General 6º GAC
Rua General Neto, 34
Data Tombamento 13/07/90 – Publicação no DOE em 27/07/90
Nº Portaria 09/90 – Nº Livro Tombo 62
2. Casa dos Azulejos
Rua Marechal Floriano, 101/103
Data de Tombamento 26/11/86 – Publicado no DOE em 05/07/87
Nº Portaria 14/86 – Nº Livro Tombo 17
3. Complexo Rheingantz
Publicação no DOE em 16/07/2012
Nº Portaria 38/2012
4. Hotel Paris
Rua Marechal Floriano, 112
Data Tombamento 23/12/86 – Publicação no DOE em 26/12/86
Nº Portaria 21/86
5. Prefeitura Municipal
Rua General Neto, 44
Data Tombamento 26/11/86 – Publicação no DOE em 05/01/87
Nº Portaria 15/86 – Nº Livro Tombo 13

Esfera federal (fonte: IPHAN 2013)

6. Casa da Alfândega
Rua Marechal Floriano, 300
Nº Processo 0765-T-65
Nº Livro Tombo 404
7. Matriz de São Pedro e Capela de São Francisco
Respectivamente Praça Dr. Pio e Marechal Floriano
Nº Processo 0001-T-38
Nº Livro Tombo 071

ANEXO II

Questionário aplicado a frequentadores da área estudada:

Número: _____ Local: _____ Data: _____ Hora: _____

O seguinte questionário é parte integrante de uma pesquisa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural da Universidade Federal de Pelotas que tem por objetivo levantar as opiniões dos frequentadores da área compreendida como Porto Velho da Cidade do Rio Grande e seu entorno. Agradecemos a disponibilidade em responder as perguntas. Qualquer dúvida pergunte ao entrevistador.

1 Nome (opcional): _____ 2 Sexo: _____

3 Idade: _____ 4 Ocupação: _____

5 Escolaridade: () Fundamental () Médio () Superior () Técnico () Outro: _____

6 Domicílio: _____ 7 Tempo: _____

8 Local de Trabalho: _____ 9 Tempo: _____

10 Em que bairro nós estamos? _____

11 Qual a frequência que vem aqui? _____

12 O que veio/vem fazer? _____

Qual a primeira coisa que vem à cabeça quando pensa... :

13 a) no centro de Rio Grande:

14 b) na área do Porto Velho de Rio Grande:

15 Cite quatro (4) prédios do centro de Rio Grande que você considera com valor histórico para a cidade:

16 Os seguintes questionamentos referem-se as suas preferências. Responda com base na escala qualitativa (dando nota) de **-3 (discorda) a 3 (concorda), onde 0 (zero) você é indiferente:**

Bairro Centro:

É bom para morar.	-3	-2	-1	0	1	2	3
É bom para trabalhar.	-3	-2	-1	0	1	2	3
A comunidade deveria participar do planejamento do Centro Histórico de Rio Grande.	-3	-2	-1	0	1	2	3
É mal frequentado e perigoso.	-3	-2	-1	0	1	2	3
Tem muita sujeira e mau cheiro.	-3	-2	-1	0	1	2	3
É agradável com casas e paisagens bonitas.	-3	-2	-1	0	1	2	3
Possui pouco comércio.	-3	-2	-1	0	1	2	3
Pouca opção de lazer.	-3	-2	-1	0	1	2	3
Precisa de um ponto de encontro social central.	-3	-2	-1	0	1	2	3
Gostaria de mudar de bairro.	-3	-2	-1	0	1	2	3

17 Zona Portuária (Porto Velho):

Tem lugares e paisagens bonitas.	-3	-2	-1	0	1	2	3
Está mal conservada.	-3	-2	-1	0	1	2	3
As casas e armazéns devem ser preservados.	-3	-2	-1	0	1	2	3
Deveria possuir mais lazer.	-3	-2	-1	0	1	2	3
É pouco explorada pelo turismo.	-3	-2	-1	0	1	2	3
A área portuária possui grande influência na identidade que representa a cidade de Rio Grande.	-3	-2	-1	0	1	2	3
Os prédios considerados históricos deveriam dar lugar a moradias.	-3	-2	-1	0	1	2	3
A comunidade (moradores e frequentadores) deve ser diretamente consultada em intervenções nos espaços e edificações da zona portuária.	-3	-2	-1	0	1	2	3
As atividades portuárias deveriam ser transferidas para outro lugar.	-3	-2	-1	0	1	2	3

18 Os seguintes questionamentos referem-se a possibilidades de intervenção no Centro Histórico de Rio Grande. São descritas três possibilidades enumere o campo *preferência* de **1 (mais preferido)** a **3 (menos preferido)**, após marque as afirmativas de acordo com suas expectativas.

Preferência: _____

- 1) A Prefeitura Municipal associada aos empresários criariam um plano de renovação do espaço urbano adequando as necessidades atuais do município.

Edifícios velhos e sem uso dariam lugar a prédios modernos com escritórios e lojas.	-1	0	1
Ampliaria a zona comercial e desencorajaria a construção de moradias na área.	-1	0	1
Ampliaria o número de ruas de forma a escoar melhor o trânsito.	-1	0	1

Preferência: _____

- 2) A Prefeitura Municipal associada aos empresários remanejariam o centro comercial para outros bairros com maior estrutura espacial dotando-o de infraestrutura adequada e manteria o centro histórico congelado tornando-o um museu ao ar livre.

Edifícios velhos e sem uso seriam restaurados e fechados mantendo sua estrutura arquitetônica.	-1	0	1
Seriam promovidos eventos culturais referentes a identidade local.	-1	0	1
Seria desencorajado o uso da área para habitação e comércio.	-1	0	1

Preferência: _____

- 3) A Prefeitura Municipal associada a comunidade e/ou representantes dela, criariam um plano de renovação do espaço urbano mantendo as características dos prédios, porém, dotando-os de novas funcionalidade.

Edifícios velhos e sem uso seriam restaurados e atribuídos novos usos.	-1	0	1
A área seria utilizada como polo turístico e cultural da cidade, bem como seria promovida uma maior interação social.	-1	0	1
Seriam renovados espaços públicos, porém sem comprometer as estruturas e a visibilidade do Centro Histórico.	-1	0	1

ANEXO III – Desenho do primeiro projeto remetido para avaliação proposto pela Macadar, Pernau e Proto Arquitetura, Urbanismo e Consultoria.



Apêndices

Apêndice I

Tabela 1: Atitudes e atributos percebidos relativos ao Bairro Centro, segundo campos perceptivos negativos e positivos, no conjunto dos respondentes (questão 16)

		NEGATIVO			INDIF.	POSITIVO			MÉDIA PONDERADA
		-3	-2	-1	0	1	2	3	
GERAL BAIRRO CENTRO	1	-	1	1	3	3	9	6	1,56
	2	-	-	-	1	4	9	9	2,13
	3	-	-	-	1	-	2	20	2,78
	4	1	2	1	3	5	7	4	1
	5	1	1	2	3	6	6	4	1
	6	1	2	2	1	4	9	4	1,08
	7	8	1	-	2	3	6	3	-0,08
	8	2	1	1	2	7	2	8	1,13
	9	2	-	1	3	3	1	12	1,47
	10	8	1	2	4	2	3	3	-0,47

Nº geral= 23

Tabela 2: Atitudes e atributos percebidos relativos a Zona Portuária (Porto Velho, segundo campos perceptivos negativos e positivos, no conjunto dos respondentes (questão 17)

		NEGATIVO			INDIF.	POSITIVO			MÉDIA PONDERADA
		-3	-2	-1	0	1	2	3	
GERAL ZONA PORTUARIA (PORTO VELHO)	1	2		1	1	3	5	11	1,69
	2	2	1	1	-	5	3	11	1,52
	3	-	-	-	1	1	1	20	2,73
	4	-	-	-	-	2	2	19	2,82
	5	1	-	1	-	4	2	15	2,13
	6	-	-	-	-	-	1	22	2,95
	7	15	-	3	1	2	1	1	-1,78
	8	-	1	-	2	4	4	12	2
	9	11	1	1	5	-	2	3	-1

Tabela 3: Preferências relativas a cenário de desenvolvimento para a Área Portuária (questão 18):

	OPÇÃO DE ESCOLHA	REFERENCIAIS AMBIENTAIS					
		1) RADICAL RENOVAÇÃO	%	2) CONGELAM. DO CENTRO HISTÓRICO	%	3) REVITALIZ. / EDITAL	%
GERAL	1ª	2	8,69	4	17,39	10	43,47
	2ª	6	26,08	7	30,43	3	13,04
	3ª	8	34,78	5	21,76	3	13,04

Número geral = 23; respondidos = 16.

Tabela 4: Expectativas ambientais por cenários de desenvolvimento para a Área Portuária (questão 18):

		GERAL			MÉDIA PONDERADA
		-1	0	1	
1	1	13	4	4	-0,42
	2	7	7	7	0
	3	5	1	15	0,47
2	1	10	3	7	-0,14
	2	2	2	17	0,71
	3	8	7	5	-0,14
3	1	4	1	16	0,57
	2	1	2	18	0,80
	3	2	1	18	0,76

Nª geral = 23; respondidos = 21

Tabela 5: Distribuição dos respondentes por sexo e faixa etária:

FAIXA ETÁRIA	MASC.	%	FEM.	%	TOTAL	%
15 a 20	-	-	1	4,34	1	4,34
21 a 30	2	8,69	6	26,08	8	34,78
31 a 40	3	13,04	1	4,34	4	17,39
41 a 50	2	8,69	1	4,34	3	13,04
+ 50	-	-	1	4,34	1	4,34
TOTAL	7	30,43	10	43,47	17	73,91

Nº geral= 23; sem resposta/ prejudicados= 6 (26,08%)

Tabela 6: Distribuição dos respondentes por sexo e escolaridade

ESCOLARIDADE	MASC.	%	FEM.	%	TOTAL	%
Fundamental	-	-	-	-	-	-
Fund. Inc..	-	-	-	-	-	-
Médio	1	4,34	1	4,34	2	8,69
Médio Inc.	-	-	-	-	-	-
Superior	4	17,39	5	21,73	9	39,13
Superior Inc.	3	13,04	4	17,39	7	30,43
NÃO RESPONDEU	2	8,69	3	13,04	5	21,73
TOTAL	10	43,47	13	56,52	23	100

Tabela 7: Resposta a imagem do bairro (questão 13)

BAIRRO CENTRO				
CATEGORIA	INFRAEST.	MATERIAL	MÉMORIA	COMÉRCIO
OPINIÕES	8	4	4	4
%	34,78	17,39	17,39	17,39

Nº geral= 23; prejudicados = 3 (13,04%)

Tabela 8: Resposta a imagem da Zona Portuária (questão 14)

ZONA PORTUARIA				
CATEGORIA	INFRAEST.	MATERIAL	MÉMORIA	COMÉRCIO
OPINIÕES	8	3	7	1
%	34,78	13,04	30,43	4,34

Nº geral = 23; prejudicados = 3 (13,04%)

Tabela 9: Elementos físicos considerados com valor histórico (questão 15)

ELEMENTOS FÍSICOS HISTÓRICOS						
PRÉDIOS CITADOS	MASC.	%	FEM.	%	TOTAL	%
Cine Dunas		0	1	1,085	1	1,085
Prédio Santa Casa		0	1	1,085	1	1,085
Capela São Francisco	1	1,085	1	1,085	2	2,1725
Biblioteca Rio-Grandense	8	8,695	3	3,26	11	11,955
Alfandega	8	8,695	5	5,4325	13	14,13
Prefeitura	6	6,52	6	6,52	12	13,0425
Museu Oceanográfico		0	1	1,085	1	1,085
Casa dos Azulejos	3	3,26	6	6,52	9	9,7825
Igreja do Carmo	1	1,085	2	2,1725	3	3,26
Hotel Paris	1	1,085	1	1,085	2	2,1725
Catedral de São Pedro	2	2,1725	4	4,3475	6	6,52
Rheingantz	1	1,085	4	4,3475	5	5,4325
Câmara do Comércio		0	1	1,085	1	1,085
Mercado Público	5	5,4325	6	6,52	11	11,955
Porto Velho	2	2,1725	1	1,085	3	3,26
Caixerai	1	1,085	2	2,1725	3	3,26
Clube Cruzeiro do Sul		0	1	1,085	1	1,085
Polícia Federal		0	1	1,085	1	1,085
Beneficência Port.	1	1,085	1	1,085	2	2,1725
Viação Férrea		0	1	1,085	1	1,085
INPS		0	1	1,085	1	1,085
Doca		0	1	1,085	1	1,085
TOTAL	40	43,45	51	55,39	91	100